

**13<sup>a</sup>**

**ASSEMBLEIA  
DA ORGANIZAÇÃO  
REGIONAL  
DO PORTO**



# **RESOLUÇÃO POLÍTICA**

## **PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

***DESENVOLVER A REGIÃO  
CONSTRUIR A ALTERNATIVA  
PATRIÓTICA E DE ESQUERDA***





## ÍNDICE

---

<b>RESOLUÇÃO POLÍTICA</b> .....	5
<b>Apreciação ao cumprimento dos objectivos da anterior assembleia</b> .....	7
<b>1 - Breve caracterização económica e social da região</b> .....	9
<b>2 - Luta de Massas</b> .....	11
2.1 - Desenvolvimento da Luta dos Trabalhadores .....	11
2.2 - Luta dos utentes e das populações .....	13
2.3 - Luta da Juventude e dos Estudantes .....	14
2.4 - Luta de outros sectores e camadas .....	15
2.5 - Movimento Sindical Unitário .....	16
2.5.1 - As Comissões de Trabalhadores .....	16
2.6 - Movimentos e lutas sociais .....	16
<b>3 - O Partido</b> .....	19
3.1 - Sobre a organização do partido, elementos para a sua caracterização	19
3.2 - Direcção .....	19
3.3 - Iniciativa política e partidária .....	21
3.4 - Informação e Propaganda .....	21
3.5 - Imprensa do Partido .....	22
3.6 - Património e Meios Financeiros .....	23
3.7 - Recrutamento, responsabilização de quadros e reforço da Organização	24
3.8 - Formação Ideológica .....	24
3.9 - Festa do Avante .....	24
3.10 - Intervenção Institucional .....	25
3.10.1- Autarquias .....	25
3.10.2- Assembleia da República .....	26
3.10.3. - Parlamento Europeu .....	27
3.11 - Actos Eleitorais .....	27
3.11.1 - Eleições para o Parlamento Europeu de 2019 .....	27
3.11.2 - Eleições Legislativas 2019 .....	28
3.11.3 - Eleições Presidenciais 2021 .....	28
3.11.4 - Eleições Autárquicas 2021 .....	28
3.12 - Ligação às massas e trabalho unitário .....	28

<b>PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b> .....	31
Introdução .....	33
Breve caracterização do distrito .....	33
A Política Patriótica e de Esquerda .....	34
Regionalização .....	35
Administração Pública e Serviços Públicos .....	35
Educação e Ensino .....	36
Saúde .....	37
Ordenamento do território e desenvolvimento .....	37
Ambiente e qualidade de vida .....	38
Água e Saneamento .....	39
Habituação .....	40
Transportes e mobilidade .....	41
Tecido empresarial – as micro, pequenas e médias empresas .....	42
Indústria .....	43
Estratégia para a economia digital .....	43
Ensino Superior e Investigação .....	44
Comunicação Social .....	45
Agricultura e Floresta .....	45
Pescas e Mar .....	46
Turismo .....	47
Cultura e Património .....	47
Nota Final .....	48
Anexos .....	51



# RESOLUÇÃO POLÍTICA





## APRECIÇÃO AO CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS DA ÚLTIMA ASSEMBLEIA

A anterior Assembleia da Organização Regional do Porto (AORP) do PCP caracterizou o quadro político regional e definiu objectivos de intervenção e reforço do Partido para a região, no quadro da orientação mais geral do Partido.

No período entretanto decorrido, a Organização Regional do Porto (ORP) do PCP desenvolveu a sua intervenção convergente com a actividade do Partido, participando nas grandes acções e jornadas nacionais e enquadrou a sua iniciativa tendo presente a prioridade à luta contra a política de direita e a afirmação de uma política alternativa, patriótica e de esquerda, sem deixar de valorizar o papel do Partido nos avanços alcançados na nova fase da vida política nacional. Desenvolveu ainda campanhas próprias designadamente do *Passe Único* e *Em Defesa dos Nossos Rios*.

A luta de massas, particularmente juntos dos trabalhadores, mereceu atenção e empenho das organizações e militantes comunistas, confirmando-se uma vez mais como importante o papel dos comunistas nas lutas realizadas e o contributo determinante destas para os avanços registados, designadamente nos salários, nos direitos e na defesa dos postos de trabalho.

No plano orgânico, num contexto mais geral de resistência e acumulação de forças, a Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP reuniu com regularidade, definiu as grandes linhas de intervenção no plano regional e dirigiu o trabalho partidário em três níveis prioritários e complementares: resposta à situação política, desenvolvimento da luta e reforço orgânico.





## 1 - BREVE CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO

O período de 3 anos que nos separa da última AORP do PCP é marcado pela nova fase da vida política nacional, pela entrada em funções de um novo governo minoritário do PS e, mais recentemente, pelo surto epidémico e desenvolvimentos que lhe sucederam.

As medidas de sentido positivo alcançadas nos últimos anos, com um papel determinante da luta dos trabalhadores e da intervenção e proposta do PCP, revelou, ao contrário do que se queria instituir, que a melhoria das condições de vida, o alargamento de direitos, a valorização dos salários e pensões, o aumento do rendimento disponível das famílias, são condições determinantes de crescimento económico, de criação de riqueza e de emprego, mas não permitem enfrentar os problemas de fundo do país que, no contexto epidémico, ganharam maior expressão. Problemas que não podem ser desligados da evolução do capitalismo, com décadas de políticas contrárias aos interesses da região e do país agudizados pela integração capitalista da U.E., que tem contribuído e conduzido a uma região cada vez mais frágil em termos económicos, sociais e territoriais.

A elevada dependência e as fragilidades estruturais do país deixam a economia nacional mais exposta ao elevado grau de incerteza da envolvente económica externa. Nesse sentido, se o período 2018 e 2019 foi marcado por alguma evolução de sentido positivo nos salários, no emprego e no desenvolvimento das actividades económicas, esta evolução foi feita com base em trabalho precário e numa grande aposta nos serviços e excessiva dependência do turismo, em detrimento da produção nacional, e de questões conjunturais que, em 2020, com o surto epidémico, regrediu.

A epidemia é o argumento para uma nova escalada de ataques aos trabalhadores e ao desenvolvimento, conduzindo a um cenário de incerteza quanto ao futuro de importantes e estratégicas empresas e sectores, de que são exemplo a TAP, a refinaria de Matosinhos e as telecomunicações. O controlo público destas empresas e sectores confirma-se como indispensável ao interesse nacional e ao desenvolvimento da região.

Na região, os atropelos aos direitos dos trabalhadores e as arbitrariedades multiplicam-se, com muitos exemplos que ilustram a ofensiva em curso contra os trabalhadores, os seus salários, os seus direitos e o seu emprego. O desemprego aumentou brutalmente, registando-se mesmo situações de crescimento exponencial, muito acima da média nacional, nos dois primeiros meses (Março e Abril) da epidemia, designadamente na Trofa (crescimento de quase 60%), Felgueiras (46,3%), Vila do Conde (45,6%), Lousada (35,6%) e Marco de Canaveses (30,2%). Problemas aos quais acresce a situação de todos aqueles que estiveram em *lay-off*, com a respectiva redução salarial.

No plano social a degradação da situação tornou mais visíveis as fragilidades. No apoio à terceira idade, sucederam-se situações de lares ilegais ou condições indignas para acolhimento de idosos, evidenciando a justiça da proposta do PCP para a criação de uma rede pública de apoio aos idosos de lares. O apoio à infância teve avanços, decorrentes da proposta do PCP para a gratuidade das creches (1.º e 2.º escalões), mas muito aquém das necessidades.

Mas é a falta de resposta aos problemas dos trabalhadores que mais tem agravado a situação do país. Mais de 1 milhão de trabalhadores foram atingidos pelo *lay-off*, com conseqüente redução de salário. Até Agosto de 2020 tiveram lugar 455 despedimentos colectivos (mais 110 que em todo o ano de 2019). Quase metade dos desempregados não tem subsídio de desemprego, sendo que 6500 famílias têm ambos os cônjuges desempregados.

Os serviços públicos reduziram o seu funcionamento, agravando uma situação que já era marcada pela carência de respostas. Em áreas como a Segurança Social, esta regressão tem agravado as barreiras no acesso aos apoios. Mas a situação mais grave regista-se no SNS, com o acumular de atrasos em milhares de consultas, exames e tratamentos. Em paralelo prossegue a drenagem de recursos públicos para o sector privado que alarga o negócio com a doença dos portugueses.

Muitos outros sectores foram fortemente atingidos pelo surto epidémico, de que é exemplo o sector da Cultura, em que os seus trabalhadores viram agravada e exposta a gritante situação de precariedade em que se encontram.

Ao nível dos transportes públicos, a implementação do Passe Único, pelo qual o PCP lutou durante mais de 20 anos, conduziu a grandes avanços na redução de preços e no aumento da procura. Situação que não teve o necessário acompanhamento no reforço da rede de Metro, nem na articulação e complementaridade entre meios de transporte colectivos. A manutenção de portagens nas SCUT e a não concretização do IC35 continuam a significar estrangulamentos na rede viária.

A realidade regional é marcada por uma pressão conducente ao agravamento das condições de vida das

populações onde sobressaem problemas antigos, designadamente na valorização do trabalho e dos trabalhadores, na resposta ao nível das funções sociais do Estado e no aproveitamento das potencialidades da região para o seu desenvolvimento económico e social.

A ruptura com a política de direita, aliada à concretização de um plano de desenvolvimento regional – no quadro da política patriótica e de esquerda que, concretizando a regionalização e aproveitando as potencialidades da região – é condição necessária e indispensável para travar uma espiral de degradação e afundamento das condições de vida dos trabalhadores e população.

Em vez de parte do problema do país, a região e as suas potencialidades podem ser parte da solução para a recuperação e desenvolvimento económico e social.

## 2 – LUTA DE MASSAS

O património de intervenção do Partido, a história da organização e da luta do movimento operário, os avanços alcançados por gerações de trabalhadores e as conquistas do povo português provam que a luta de massas é o factor decisivo para a transformação da realidade no sentido do progresso social.

As últimas décadas confirmam que só com a luta de massas se pode romper com a política de direita, se resiste à limitação das liberdades, se luta pela reposição de rendimentos e de direitos.

### 2.1 – Desenvolvimento da luta dos Trabalhadores

A luta dos trabalhadores e a acção e intervenção do PCP permitiu alcançar avanços, ainda que limitados e insuficientes, ao nível das condições de vida dos trabalhadores. Apesar disso, a realidade nacional continua a demonstrar que, no essencial, o Governo PS não rompeu com a política de direita (mantendo a submissão aos interesses do grande capital e às imposições externas) e mantém compromissos de classe, bem visíveis nas relações laborais.

Os problemas estruturais nas relações de trabalho mantiveram-se, como o ataque à contratação colectiva, aos horários de trabalho, os bancos de horas e adaptabilidades, com o aumento da precariedade dos vínculos laborais, com o cada vez maior ataque ao Movimento Sindical Unitário (MSU) e à intervenção deste nas empresas e locais de trabalho, com o impedimento da realização de plenários e ataques à liberdade sindical.

É justo então afirmar, que no mundo do trabalho, comparativamente com o período decorrido desde a última AORP e a caracterização feita na altura, pouco ou nada mudou.

Os trabalhadores continuam a ser vistos, não como a parte fundamental para a transformação e avanços sociais, mas sim como um instrumento do capital para atingir os seus objectivos de obtenção do maior lucro à custa da sua exploração.

O ano de 2020, sob o efeito e o pretexto da epidemia, trouxe consigo novos e reforçados ataques aos direitos dos trabalhadores.

Verificou-se um avanço extraordinário por parte do capital na implementação de medidas que visam uma cada vez maior desregulação das relações de trabalho e no recurso indiscriminado ao lay off. A implementação do teletrabalho e a visão de que este veio para ficar independentemente da normalização da situação epidémica, o considerável aumento por parte das empresas na implementação por todos os meios do regime de bancos de horas, a desregulação cada vez mais acentuada dos horários de trabalho como a laboração contínua e a diminuição dos tempos das pausas dos trabalhadores, os ataques ao direito ao gozo de férias e a facilidade como se despediram milhares de trabalhadores, principalmente com vínculos de trabalho precário e o encerramento de empresas sem aviso, é bem demonstrativo do aumento da exploração e do ataque por parte do capital.

Mesmo neste contexto, de difícil intervenção e esclarecimento, foi possível demonstrar que a luta é o caminho, que só com os trabalhadores, só com a sua mobilização e com a sua força é possível transformar, conquistar e avançar, por melhores condições de vida e de trabalho, por uma política patriótica e de esquerda, de valorização do trabalho e dos trabalhadores. De todas as lutas travadas, destacam-se:

- As grandes lutas contra a precariedade, para que a cada posto de trabalho permanente corresponda um vínculo de trabalho efectivo, contra esta carga social que afecta milhares de trabalhadores, que fragiliza as suas vidas tanto no plano familiar mas também na sua capacidade reivindicativa e de luta, na sua organização e no reforço do seu sindicato de classe e da luta de massas. Sobre este problema coloca-se a necessidade de continuar o esclarecimento, o acompanhamento, a mobilização e a denúncia. A intervenção do MSU é fundamental para que, em cada empresa e local de trabalho, este não seja um tema de divisão mas uma luta assumida por todos no combate à exploração.

- A luta pelo aumento geral dos salários e do Salário Mínimo Nacional (SMN). Porque é justo, porque é fundamental, porque são os trabalhadores

os verdadeiros construtores de tudo o que existe nas nossas vidas. Embora, nos últimos 4 anos, tenhamos assistido a um aumento regular do SMN, o mesmo não tem tido reflexos nos restantes salários, engolindo vários escalões existentes. É fundamental para os trabalhadores e para o país libertarmos-nos desta política constante de baixos salários e da ideia de que não é possível um salário melhor.

Tendo havido nos últimos anos uma actualização do SMN, o que os dados nos demonstram é que a média deste aumento nos últimos 10 anos é de 16 euros/ano, e, se compararmos com os últimos 20 anos, a média é de 15.85 euros/ano, bem demonstrativo de uma política de baixos salários, de desvalorização dos trabalhadores, da procura cada vez maior de mão-de-obra barata.

É por isso que o PCP reivindica uma ruptura com esta política que pretende a perpetuação da exploração. A necessidade urgente de romper com os baixos salários e exigir um aumento salarial em 90 euros para todos os trabalhadores e do SMN para 850 euros, além de justa, é fundamental, para dinamizar a economia, para permitir um crescimento como se tem verificado nos últimos anos, com o aumento da procura interna, e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

É fundamental que se coloquem todos os avanços tecnológicos ao serviço da elevação da qualidade de vida dos trabalhadores, designadamente por via da redução da duração da jornada de trabalho, contrariando as intenções daqueles que encaram os avanços tecnológicos como mais uma oportunidade para despedimentos, aprofundar a precariedade, reduzir mão-de-obra, desregular horários de trabalho e aumentar a exploração dos restantes trabalhadores.

É nossa obrigação contribuir para, em cada empresa e em cada local de trabalho, tornar esta discussão cada vez mais premente. Se existem avanços, então que esses avanços tenham impacto positivo na melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, proporcionando mais tempo de lazer e familiar. Se existem avanços, esses avanços não podem justificar mais exploração e retrocesso nos direitos, como se vê nas benesses e contrapartidas dadas ao capital. Não podem significar mais acumulação da riqueza produzida nas suas mãos em detrimento da melhoria das condições de vida e de trabalho de milhões de pessoas.

Neste sentido, é fundamental a luta pela redução dos horários de trabalho cumprindo a reivindicação das 35 horas para todos os trabalhadores revertendo assim, para quem produz a riqueza, parte significativa desses avanços, ou seja, mais tempo para si e para os seus.

O teletrabalho foi talvez, neste período, o mecanismo de exploração que teve maior evolução e onde o capital mais esforços concentrou. Utilizado como ferramenta que permitiria a contenção da propagação do

SarsCov 2, colocando isolados, em casa, milhares de trabalhadores, a adaptação quase que imediata do capital a este tipo de trabalho é reveladora dos seus verdadeiros intentos e pretensões. Afastar os trabalhadores da discussão colectiva dos seus problemas, diminuir os encargos fixos com instalações, diminuir encargos salariais nomeadamente com a retirada de subsídios e outras rubricas são, de facto, realidades que estão já a acontecer e que terão no futuro repercussões ainda maiores.

Nesta questão, em muitos sectores de actividade, a ligação aos trabalhadores passará a ser, caso não se combata o teletrabalho, algo muito difícil de concretizar. Já existem empresas que não têm local de trabalho físico que permita alojar a totalidade dos seus trabalhadores, confirmando assim que esta é uma medida feita de facto para responder aos interesses do capital. A capacidade de organização, de luta, de reivindicação, de unidade e afirmação da classe trabalhadora sairá deste processo muito mais fragilizada.

A não se dar combate a este tipo de relação de trabalho, a realidade é que no futuro, o mesmo passará pela substituição destes trabalhadores ainda com algum tipo de vínculo de trabalho, para trabalhadores prestadores de serviço, de trabalho à peça, de falsos recibos verdes e outras formas de exploração.

A luta e a exigência pelo direito ao trabalho e ao trabalho com direitos é cada vez mais importante e deve ter nos comunistas um papel preponderante na sua assunção e dinamização.

A Contratação Colectiva, conquista de Abril, dos trabalhadores e do povo português, já há muitos anos que vem sendo alvo de constantes ataques. Desde 2003, com as alterações ao Código do Trabalho, com a abertura que os sucessivos governos deram ao capital para avançar com a sua caducidade, o facto é que, apesar de ter sido publicada a caducidade de várias convenções colectivas e até extintas algumas delas, pela luta e a resistência dos trabalhadores e dos seus sindicatos de classe, conseguiu manter-se o cumprimento dos direitos dos trabalhadores em muitas empresas e serviços.

Sendo esta uma matéria que revela de que lado estão os sucessivos governos do PS, PSD e CDS, retirando aos trabalhadores e aos seus sindicatos aquilo que está consagrado na Constituição da República Portuguesa, colocando aqui o governo como factor de salvação do capital, é necessário continuar a dar combate à política de direita, de submissão aos interesses económicos e financeiros, e lutar por uma política patriótica e de esquerda, que se coloque do lado dos trabalhadores, dos que mais precisam, daqueles que são a maioria da população do nosso país.

Em todas as situações, sejam elas quais forem, só com o reforço do MSU, com a unidade e a luta dos trabalhadores é possível construir uma sociedade que valorize o trabalho e os trabalhadores. Também aqui, o papel dos

comunistas, homens e mulheres com uma maior e mais desperta consciência de classe é determinante, no reforço da unidade dos trabalhadores e dos sindicatos da CGTP-IN, na discussão, organização e sindicalização dos trabalhadores em cada empresa e local de trabalho, na elevação da consciência política, social e da luta de classes.

No período decorrido desde a última AORP realizaram-se diversificadas acções de luta (greves, concentrações, protestos, manifestações) dos trabalhadores do distrito do Porto promovida pelo movimento sindical unitário e que contaram com a activa solidariedade do Partido. Entre muitas outras acções descentralizadas ou com uma dimensão regional, destacam-se: em 2018: na Tegopi (por aumentos salariais), na Preh (contra a obrigatoriedade do trabalho ao sábado e por aumentos salariais), do sector da cultura (contra o programa de apoio da DGArtes), na ETAR de Gaia Litoral (por aumentos salariais, contra a precariedade e pelas carreiras profissionais), na EMEF (por aumento de salários e contra a precariedade), na Petrogal (em defesa dos direitos dos trabalhadores), dos trabalhadores dos Call Center de Campanhã (contra a precariedade), na Ficocables (contra as discriminações, a precariedade e por aumentos salariais), nas IPSS do Porto (contra a precariedade e por melhores salários), na Cerealis (por melhores salários), na RTP (contra a precariedade), no El Corte Inglés (contra a prepotência da empresa, pelo direito ao gozo da maternidade e contra a desregulação dos horários), na Such (por aumentos salariais e melhores condições de trabalho), dos Enfermeiros (contra a precariedade e valorização das carreiras); em 2019: na Schmitt+Son (em defesa do caderno reivindicativo), na Fundinio (por aumentos salariais), dos trabalhadores dos transportes de passageiros (pelo aumento dos salários e restantes prestações pecuniárias), na Nestlé (por aumentos salariais e contra a desregulação dos horários de trabalho), na Clece e Ambijardim (por aumentos salariais e melhores condições de trabalho), nas IPSS (por melhores salários), na Nos de Campanhã (contra a precariedade), na RTP (pela regularização dos vínculos precários), na Cervejaria Galiza (contra o encerramento), na Grande Distribuição (contra os abusos patronais), nos CTT (pela integração do trabalhador despedido), dos trabalhadores não docentes da Função Pública (pela valorização dos salários), na Auto Sueco (por aumento dos salários); em 2020: na Câmara Municipal de Felgueiras (por melhores condições de trabalho), dos Enfermeiros (pela efectivação de mais de 600 enfermeiros com vínculos precários), na Efacec (contra a repressão e pelo futuro da empresa), na Global Media (contra o despedimento de 80 trabalhadores), na Novadis (por aumentos salariais e contra banco de horas), na Super Bock (contra a precariedade), dos trabalhadores da vigilância do Porto de Leixões (pela garantia dos postos de trabalho), na Tranquilidade (contra o despedimento de 79

trabalhadores), na Lactogal (por aumento dos salários), na Logística do Minipreço (por aumento dos salários), na Loja do Cidadão do Porto ou no Centro de Saúde do Covelo (em defesa das funções sociais do Estado), dos trabalhadores da Casa da Música e de Serralves (contra precariedade e pela regularização dos seus vínculos), dos profissionais da Cultura (com a acção “parados, nunca calados”), dos investigadores (pela regularização dos seus vínculos e contra as taxas praticadas pelas universidades), da refinaria de Matosinhos (contra o encerramento da empresa); em 2021: na Petrogal (contra encerramento da refinaria), na Eurest (contra despedimento colectivo), dos Enfermeiros (pela vinculação de 2000 enfermeiros e valorização da profissão), no Dia/Mini preço (aumento de salários e condições de trabalho), no Continente (contra corte de subsídio de Natal), na Status Voga/IPP (pela integração no IPP e salários em atraso), da Eurest (contra o despedimento colectivo), Uber eats e Glovo (por salários dignos e direitos); dos Professores de Técnicas Especiais (pela integração nos quadros), DS Smith (pelo aumento de salários), El Corte Inglés (contra a abertura no 1 de Maio), na Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim (aumento de salários, pagamentos de retroactivos e reclassificação de categorias profissionais), Novadis (aumento de salários), Super Bock (integração de trabalhadores com vínculo precário), Cervejaria Galiza (reabertura do restaurante), Casino da Póvoa (pela reintegração dos trabalhadores ilegalmente despedidos) e Manifestação nacional dos Professores (valorização das carreiras).

Neste período destaca-se ainda a participação dos trabalhadores do distrito na Manifestação Nacional, em 2018, “pela valorização do trabalho e dos trabalhadores”, as semanas de luta de 2 a 6 de Dezembro de 2019 e de 1 a 5 de Junho de 2020, de 26 de Setembro de 2020, 25 de Fevereiro de 2021 e a manifestação da Interjovem de 25 de Março de 2021 com expressão no Porto. Particular importância tiveram igualmente as manifestações do 1º de Maio, com particular destaque para o 1º de Maio de 2020, realizado sob um forte ataque a pretexto da epidemia. Este foi um período cuja evolução da situação do país foi também determinada pela luta, em alguns casos por uma acção que se tem prolongado, de que são exemplo as lutas em muitas empresas do distrito, luta dos professores pela valorização das carreiras, luta dos trabalhadores da administração pública, pelo o cumprimento das 35 horas de trabalho por salários e carreiras dignas ou a luta dos trabalhadores da Cultura contra a permanente situação de precariedade em que muitos se encontram.

## 2.2 – Luta dos utentes e das populações

No período decorrido desde a última AORP, a luta dos utentes e das populações confirmou o seu papel destacado e insubstituível. Abrangeu causas diversificadas,

de que são exemplo: a defesa e reforço do SNS e da Escola Pública; a defesa de creches e ATL contra o encerramento; o direito à habitação e contra a especulação imobiliária, “Direito à Cidade”; contra a privatização e concessão dos serviços de abastecimento de água e de saneamento; por transportes públicos de qualidade e a concretização do PART com o passe único e contra as portagens; a defesa do património cultural e do ambiente e ainda pela recuperação das freguesias extintas; a contestação ao encerramento de balcões da Caixa Geral de Depósitos, estações e postos de correio dos CTT, por questões ambientais, em defesa de rios e reservas naturais.

### 2.3 – Luta da Juventude e dos Estudantes

A juventude, com características e composição heterogénea e em constante mutação, com criatividade, alegria e confiança, e incorporando valores de solidariedade, entrega, capacidade de organização e participação, luta pela resolução dos seus problemas concretos e pela concretização dos seus sonhos e aspirações.

Esta organiza-se em torno dos seus direitos, aspirações e interesses. Ciente do potencial revolucionário da juventude, o capital não olha a meios para a tentar refrear e desviar da sua luta conseqüente e organizada, seja pelo fomento de falsas soluções, pelo desvirtuar dos seus sentimentos ou pela instrumentalização do movimento juvenil.

Os jovens têm-se mobilizado em torno dos mais variados interesses, anseios e direitos, fazendo da juventude uma importante força social com capacidade de luta, participação e acção política, com um grande potencial transformador. É através da sua força e capacidade de organização e luta conseqüente que a juventude luta contra as políticas de direita, alcança novos e importantes direitos e faz recuar vários ataques a conquistas históricas do povo português.

Nos últimos três anos a juventude dinamizou inúmeras e diversificadas lutas pela resolução dos seus problemas concretos nas escolas e locais de trabalho, nomeadamente lutas pela contratação de professores e funcionários no ensino básico e secundário, contra a sobrelotação das turmas, situações visíveis na ES Fontes Pereira de Melo, ES Padrão da Légua e ES Garcia da Horta, lutas pelo avanço das obras e por melhores condições no espaço escolar, sendo possível destacar a existência de telhados de fibrocimento (amianto) em algumas escolas, como se verifica na ES Arquitecto Oliveira Ferreira em Gaia, lutas contra os exames nacionais, luta contra as propinas, taxas e emolumentos, o Processo de Bolonha, o RJIES, pelo aumento do número de camas e de melhoria de condições nas residências, pelo reforço da Acção Social Directa, pela melhoria das condições materiais nas faculdades e nas cantinas, casos visíveis

na FBAUP, FCUP, FDUP, FLUP, ESMAE, ESMAD (relativamente à falta de condições) e FCUP e FEUP (relativamente às cantinas), lutas contra a elitização e os elevados custos do Ensino Superior, lutas contra os custos de frequência elevados no Ensino Profissional, nomeadamente com o pagamento de propinas, lutas contra os atrasos nos subsídios (de alimentação, transporte e outros) e a favor do aumento do seu valor, como é o caso da Academia Contemporânea do Espetáculo e na escola profissional Profitecla, lutas pela valorização do Ensino Profissional, contra a sobrecarga horária, agravada pelo regime de faltas injusto e o sistema de aprendizagem por módulos, por estágios que sejam formativos, lutas pelo aumento do Investimento na Educação, lutas contra a instabilidade que os jovens trabalhadores sentem todos os dias. Lutas que têm como elemento central a concretização dos seus anseios e aspirações dos jovens portugueses, que marcaram também presença na linha da frente em numerosas lutas de outras camadas e sectores, nomeadamente contra o racismo e a xenofobia, pela defesa das causas ambientais, pelos direitos sexuais e reprodutivos, contra a discriminação em função da orientação sexual, pelo direito à habitação e contra a gentrificação.

Desta forma, a juventude assumiu um papel destacado na luta pela reposição e conquista de direitos que nos últimos quatro anos o nosso povo conquistou.

Nos últimos três anos, várias dezenas de milhares de estudantes organizaram-se e lutaram nas suas escolas e nas ruas, reivindicando e defendendo a Escola de Abril – pública, gratuita, de qualidade e democrática. A nível do Ensino Básico e Secundário é possível destacar as lutas na ES Aurélia de Sousa contra os exames nacionais, as lutas por mais condições na ES Aurélia de Sousa, EA Soares dos Reis, ES Fontes Pereira de Melo, ES Alexandre Herculano, ES Canelas, EB Gomes Teixeira, ES Padrão da Légua e Escola Básica e Secundária de Rebordosa e a luta pela melhora das condições de segurança nas escolas em Dezembro de 2020 à frente da DREN. Relativamente ao Ensino Superior, as diversas lutas em torno do dia 24 de Março, Dia Nacional do Estudante, têm sido um momento privilegiado de reivindicação do movimento estudantil, tendo estado sempre presente a contestação contra as propinas e subfinanciamento, o Processo de Bolonha e o RJIES. No quadro da luta específica contra as propinas, a luta realizada pelos estudantes da FCUP contra o aumento das propinas de mestrado na Praça dos Leões no mês de Outubro de 2020 é um exemplo. Além disso, é de realçar as lutas no dia 17 de Novembro de 2017, na FLUP e FCUP em torno do reforço da Acção Social Escolar, no dia 14 de Novembro de 2018, à frente dos SASUP, em que ocorre a luta pelo reforço das condições das Residências, as Concentrações “Ensino Superior Artístico”, que ocorreu na Praça D. João I no dia 2 de Dezembro, e

“Desmascara o Subfinanciamento”, que ocorreu na Praça dos Leões no dia 10 de Dezembro, e acções concretas pela democracia nas Instituições do Ensino Superior e pela realização de Assembleias Gerais, como foi o caso dos estudantes da FCUP, e por melhores condições nas cantinas.

Nas empresas e locais de trabalho e nas ruas, os jovens trabalhadores lutaram pelo direito ao trabalho com direitos, contra a exploração, pela estabilidade e contra a precariedade no trabalho, pelo aumento salarial, contra a desregulação dos horários. Destaca-se o papel da juventude no movimento sindical unitário de classe e nas várias acções de luta organizadas pela CGTP-IN, destacando-se as manifestações e acções reivindicativas, onde a Interjovem/CGTP-IN teve um papel fundamental.

As comemorações e manifestações do 1º de Maio e do 25 de Abril contaram com a participação de milhares de jovens portugueses, onde participaram largas centenas de jovens trabalhadores. É de destacar, pelo elevado grau de ofensiva que enfrentaram, a participação de muitos jovens do distrito, nas comemorações do 1º de Maio de 2020, convocado pela CGTP-IN, mostrando a coragem e a vontade da juventude em se organizar e lutar pela melhoria das suas condições de vida, pelos seus direitos, liberdades e garantias. O movimento juvenil é composto por várias expressões e formas de organização da juventude. Reflexo da sua capacidade, entrega e criatividade, as associações juvenis crescem a partir da necessidade de os jovens se organizarem, participarem e intervirem em torno de diferentes interesses, gostos e vontades. A juventude organiza-se também em associações, colectividades ou em grupos informais, onde desenvolvem iniciativas em torno das mais diversas áreas da cultura, do desporto e de lazer, entre muitas outras, num património rico intimamente ligado à realidade do nosso país e ao Portugal de Abril.

A larga presença de jovens em iniciativas assistencialistas e em programas de voluntariado, em diversas acções de luta, nomeadamente, em defesa dos direitos dos animais, em torno das questões do ambiente, é expressão da disponibilidade da juventude para se organizar e intervir, ainda que, por vezes, não se traduzam em avanços na consagração dos seus direitos e anseios ou assumam mesmo formas contrárias às necessidades progressistas de desenvolvimento social.

O movimento juvenil do distrito do Porto tem encontrado diversas formas de se organizar e lutar para dar resposta às suas aspirações e interesses, organizando-se nos meios onde actua, constituindo um amplo universo de realidades que importa conhecer, influenciar e organizar de forma a garantir formas de luta e intervenção consequentes e transformadoras. Tanto na sua vertente estudantil como nas suas vertentes de base popular e local, mantém-se um dos factores mais determinantes

para a participação democrática dos jovens no país e no distrito. As colectividades e associações representam ainda uma das principais formas de concretização dos direitos fundamentais de acesso à cultura, à prática desportiva, e à formação cívica, pelo que tanto as várias medidas gravosas para os direitos associativos, tomadas por sucessivos governos PS, PSD/CDS, como a recente pandemia, que veio aumentar as dificuldades de participação dos jovens nas associações e colectividades, têm sido factores que agravam as condições já difíceis do Movimento Associativo Juvenil no distrito. Além disso, em termos do movimento associativo juvenil na vertente desportiva, este é um dos movimentos associativo com maior expressão no distrito.

#### 2.4 – Luta de outros sectores e camadas

Num quadro político em que foi possível conquistar avanços – mesmo que limitados e insuficientes – através da luta dos trabalhadores e da intervenção decisiva do PCP, a aliança que se tem vindo a estabelecer no plano social entre a classe operária e as outras classes e camadas intermédias, ampliando a frente social de luta, constituiu factor determinante para a convergência no plano político com o objectivo de derrotar a política de direita.

A luta destas classes, camadas e grupos sociais e das populações tem grande importância na prossecução da política de alianças sociais do Partido.

A luta dos agricultores contra as políticas neoliberais que colocaram a agricultura familiar, bem como a pequena e média agricultura, perante o encerramento de explorações, o favorecimento da concentração da propriedade, o envelhecimento generalizado dos produtores e consequente agravamento do défice agro-alimentar. Destaca-se a grande manifestação nacional promovida pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), em Novembro de 2018, em defesa da produção nacional e do mundo rural e dos direitos das populações e proprietários atingidos pelos incêndios.

A luta dos pescadores e pequenos armadores contra as medidas que decorrem da desastrosa Política Comum de Pescas da União Europeia que lhes retira condições para o exercício da sua actividade através de inúmeros períodos de interdição e quotas de captura diminutas, e que é por sua vez agravada pela generalizada degradação dos portos e lotas, envelhecimento, baixos salários e precariedade dos pescadores, degradação da frota e ausência de regimes de protecção social adequados ao sector.

A luta dos micro, pequenos e médios empresários, com importante papel da CPPME - Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas, contra o esmagamento pelos grupos monopolistas, pelas suas reivindicações específicas, num quadro em que, no contexto empresarial, são quem mais têm sofrido

com as recorrentes crises, com políticas fiscais desajustadas e com a submissão do país à União Europeia e ao Euro.

## 2.5 – Movimento Sindical Unitário

O Movimento Sindical Unitário tem um papel de vanguarda na luta pela valorização do trabalho e dos trabalhadores, contra a exploração, por um mundo mais justo, fraterno e solidário.

É na CGTP-IN e nos seus sindicatos de classe, que os trabalhadores, unidos e organizados, lutam pela elevação das suas condições de vida, no confronto directo entre o capital e o trabalho. É nas empresas e nos locais de trabalho que o confronto se dá, que a relação de forças é mais evidente, e onde o capital aposta forte para conseguir levar avante as suas pretensões. Mas é também nos mesmos locais de trabalho que os trabalhadores, com direcção, organização e unidos, têm de lutar contra a sua exploração, por uma mais justa repartição da riqueza, pela melhoria das suas vidas, por um mundo melhor.

Os ataques aos trabalhadores com uma política de baixos salários, a proliferação da precariedade, do teletrabalho, a facilitação dos despedimentos, a desregulação dos horários e a crescente ausência de limites claros entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar, reflecte-se também na actividade sindical, designadamente na disponibilidade e participação de quadros e a nível financeiro. Cada ataque aos direitos, ao emprego ou aos salários precisa ter sempre, da parte dos trabalhadores a devida resposta e combate, o que só é possível com o necessário reforço do MSU, da sua presença e influência nos locais de trabalho, da sindicalização, e da sua capacidade de intervir e organizar.

Muitas têm sido as medidas implementadas no seio dos sindicatos da CGTP-IN que permitiram ultrapassar dificuldades e ao mesmo tempo criar as condições para uma intervenção mais eficaz, nomeadamente com a criação de casas sindicais, serviços comuns partilhados, contenciosos comuns, trabalho planificado e interligando vários sectores, tudo na vertente da melhor resposta aos trabalhadores. A intervenção dos comunistas é fundamental. É papel do comunista, como revolucionário, como elemento transformador, estar directamente ligado à vida do seu sindicato, na acção transformadora que a luta de massas promove, e isto está inteiramente ligado à sua relação e posicionamento dentro da empresa e local de trabalho.

A sindicalização, esclarecimento, mobilização e intervenção junto dos trabalhadores é parte integrante e papel fundamental dos comunistas. Só assim é possível o reforço, o ganho e a elevação da consciência de classe dos trabalhadores. Cabe a todos nós este papel de vanguarda, assim como, pela nossa acção, o fortalecimento do MSU e o reconhecimento do comunista como operador da luta transformadora.

### 2.5.1 – As Comissões de Trabalhadores

Também nas Comissões de Trabalhadores (CT's) essa intervenção tem que ser uma realidade. Apesar de ser muitas vezes utilizada pelo patronato para instrumentalizar e afastar o MSU da intervenção directa nas empresas e locais de trabalho, procurando controlar os seus efeitos e posicionamentos, as CT's continuam a ser prioritárias, nomeadamente no que diz respeito a assumir a sua direcção e funcionamento.

Não está em questão se o MSU ou as CT's se sobrepõe. Uma Comissão de Trabalhadores nas mãos dos trabalhadores, comprometida com a unidade e a defesa dos interesses de classe, é um instrumento que pode ser em muitos casos desbloqueador e facilitador da nossa intervenção e aproximação aos trabalhadores.

É papel do MSU e das CT's, a defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores. É papel dos comunistas o seu reforço e orientação. Só assim estarão salvaguardados os interesses de quem trabalha, o prestígio dos comunistas e o papel fundamental destes na busca por uma sociedade livre, mais justa, sem explorados nem exploradores. E essa luta começa em cada empresa e em cada local de trabalho

### 2.6 – Movimentos e lutas sociais

A dinamização da luta e a organização dos diferentes sectores é fundamental para alargar a frente social de luta. A convergência em torno de problemas concretos constitui um elemento decisivo para alargar a luta por melhores condições de trabalho e de vida, pelos direitos, pelo progresso social, a igualdade e a paz.

A luta dos trabalhadores e agentes das artes e da cultura por uma política de promoção e apoio às artes que valorize as condições de trabalho com direitos, reconheça e projecte o seu papel na sociedade e garanta uma efectiva liberdade cultural e artística.

A luta da juventude em torno das suas aspirações e problemas específicos, com destaque para as reivindicações em torno do emprego com direitos, da escola pública gratuita e de qualidade, da igualdade, do acesso à habitação, do direito à mobilidade, ao desporto, à cultura e à defesa do ambiente.

A luta das mulheres em torno de objectivos específicos pela igualdade, o exercício dos seus direitos no trabalho, na família e na vida e numa importante contribuição para a luta geral, destacando-se a realização das manifestações de mulheres convocadas pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM) para comemorar o Dia Internacional da Mulher, que têm dado expressão de massas à luta em defesa dos seus direitos e por uma verdadeira política de igualdade.

A luta dos reformados, pensionistas e idosos pela valorização das suas pensões e a sua participação cívica,



por um envelhecimento vivido com dignidade e direitos conquistados ao longo de uma vida de trabalho, destacando-se a realização de encontros, convívios, debates, manifestações.

A luta das pessoas com deficiência contra a desigualdade e a discriminação, exigindo uma política de verdadeira inclusão social.

A luta contra a pobreza, seja pela defesa de salários dignos ou dos apoios sociais em situação de desemprego ou vulnerabilidade, com o papel importante do Movimento Erradicar a Pobreza.

A luta dos profissionais das forças e serviços de segurança em torno das suas reivindicações sindicais e socioprofissionais.

A luta em defesa da paz, contra o militarismo e a guerra, a NATO e o imperialismo, defendendo a solidariedade e cooperação entre povos, com a realização de diversificadas acções de rua, debates, concertos e ex-

posições, entre outras iniciativas, com destaque para a realização do Encontro pela Paz.

A luta antifascista e em defesa da liberdade e da democracia, encontrando na Constituição um fundamental pilar que importa defender, combatendo o branqueamento do fascismo e as campanhas em curso para a disseminação do ódio, da violência e das discriminações.

A luta pela defesa do ambiente, o equilíbrio ecológico e o respeito pelas limitações dos recursos naturais tem tido um crescente envolvimento da juventude e das populações.

Destas lutas resultaram importantes conquistas, que importa valorizar. Resulta igualmente um quadro político que exige do Partido capacidade de ligação às massas e mobilização, bem como a afirmação da sua identidade e natureza, de dinamização da sua acção e iniciativa política própria.



## 3 – O PARTIDO

### 3.1 – Sobre a organização do Partido, elementos para a sua caracterização

No balanço de Organização de 2020 estavam organizados na ORP 5643 camaradas, menos 249 que na anterior Assembleia. Uma redução decorrente do contínuo processo de actualização do ficheiro e dos falecimentos que não foram compensados pelo recrutamento.

A composição social da ORP reflecte a natureza de classe do Partido com mais de 71% de operários e empregados (35,7% operários e 35,4% empregados), mas com uma expressão relevante de intelectuais e quadros técnicos (11,9%) e de micro, pequenos e médios empresários (5,6%).

Mantendo-se insuficiente a expressão de mulheres na organização, evoluiu em relação à anterior AORP, sendo hoje de 29,5%.

No plano etário, acentua-se a tendência observada em anteriores resoluções, com 14% dos inscritos com menos de 40 anos; 44,5% com idades compreendidas entre os 40 e os 64 anos; e 42,5% com mais de 64 anos.

Nestes últimos 3 anos foram recrutados 290 camaradas. Registe-se a importância da acção dos 5000 contactos com trabalhadores (entre Setembro de 2018 e Abril 2020) da qual resultou mais de metade dos recrutamentos realizados neste período.

Existem actualmente 226 organismos em funcionamento na ORP (mais 10 que na anterior Assembleia), dos quais se destacam 43 organismos de empresa ou sector profissional, 22 para actividade sindical e das CT's, 18 comissões concelhias, 52 comissões de freguesia.

No início de 2019 tínhamos em funcionamento, mesmo com algumas fragilidades, 31 células de empresa ou sectores profissionais. Aproveitando resultados dos «5000 contactos» e o desenvolvimento da acção nacional para a criação de 100 novas células, criamos no distrito 21 células e responsabilizamos por células em concreto 11 novos camaradas, 3 dos quais são funcionários. Actualmente temos em funcionamento 52 células ou sectores de empresa que importa agora garantir o seu funcionamento e intervenção, bem como o permanente reforço.

No total, são 961 os camaradas que integram organismos (número inferior ao verificado na anterior Assembleia), com diferentes graus de responsabilidade e de disponibilidade, mas com um papel destacado de muitos que, com uma dedicação e militância diária, assumem um papel de grande valor na resposta às mais variadas tarefas, mas também no trabalho de direcção política em várias organizações.

Face às crescentes solicitações de resposta política e orgânica que enfrentamos neste período, só com a militância e dedicação de muitas horas diárias de diversos camaradas – além do núcleo de funcionários do Partido – foi possível este nível de intervenção e resposta política.

O processo de responsabilização e rejuvenescimento dos quadros com tarefas, aos mais diversos níveis, prosseguiu, com reflexo também no quadro de funcionários, apesar de ainda persistirem insuficiências que é preciso ultrapassar, nomeadamente com a integração e a responsabilização de mais membros do Partido nos diversos organismos.

### 3.2 – Direcção

A DORP eleita na última Assembleia era composta por 42 camaradas. Durante o mandato saíram 2 camaradas que passaram a ter tarefas noutras organizações regionais. Foram cooptados 4 camaradas (respeitando o limite de 10% definido na última AORP), num contexto de acompanhamento a organizações concelhias, sectoriais e movimentos.

Ao longo do mandato a DORP reuniu mensalmente, sempre com a maioria dos seus membros presente, tendo procurado, em articulação com a direcção central do Partido, cumprir o seu papel.

O Executivo da DORP cumpriu as suas funções correspondendo ao sentido da discussão da DORP, quer nas prioridades quer nas orientações definidas centralmente. Foi a partir do Executivo que se impulsionou muita actividade e intervenção partidária na região.

O Secretariado da DORP prosseguiu o aprofundamento da ligação às organizações, cumprindo as suas funções nas áreas que lhe estão atribuídas.

Realizaram-se Plenários Regionais de militantes. Realizou-se um encontro regional de quadros sobre a organização e intervenção do Partido nas empresas e locais de trabalho. Realizaram-se ainda reuniões regionais de eleitos autárquicos e reuniões de militantes do Partido envolvidos no movimento associativo. Em momentos específicos e em torno de questões concretas, realizaram-se ainda debates e reuniões de âmbito regional, que permitiu o necessário aprofundamento de aspectos da situação política e da intervenção partidária, designadamente quanto à situação nacional e a luta pela alternativa, sobre a situação na Cultura, sobre a morte antecipada, sobre a nova fase da vida política nacional, sobre a luta e o movimento sindical.

Revelou-se de grande importância o papel dos grupos de trabalho e das comissões que funcionaram (Organização, Desenvolvimento Regional, Trabalho Unitário, Autarquias, Movimento Associativo), bem como de grupos de trabalho para dar resposta a necessidades pontuais (comícios, debates...), pelo contributo que dão ao trabalho de direcção regional, pelo que representam de reforço do trabalho colectivo e alargamento dos quadros envolvidos, pelo que significa de ligação com as organizações e capacidade de envolvimento de outros quadros na discussão, pela valorização da participação e contributos de camaradas com conhecimento e opinião qualificada em certas áreas.

Assinala-se ainda a importância e o papel no trabalho regional dos dois sectores de âmbito profissional existentes na ORP (Sector Intelectual, Sectores e Empresas Estratégicas da ORP) pelo que asseguram de integração de quadros de áreas e sectores estratégicos, bem como no contributo que garantem na iniciativa e acção partidárias.

A DORP é o organismo que dirige o trabalho do Partido no distrito do Porto, no quadro das orientações do XXI Congresso, das resoluções do Comité Central e das orientações definidas pela XIII AORP, devendo o seu mandato ter uma duração não superior ao período entre Congressos. São suas responsabilidades a discussão sobre os principais problemas da região, a definição das propostas e linhas de intervenção do Partido da região, o estímulo ao reforço da luta e das organizações de massas e o reforço da organização do Partido no distrito.

A DORP deve ter a preocupação de assegurar a participação e intervenção dos seus membros, estimular a acção e iniciativa das organizações e dos militantes.

A DORP a eleger deve ter uma composição e características próximas da actual, que assegure o rejuvenescimento e a participação de mulheres e a abrangência geográfica e sectorial – que garanta entre os seus membros a ligação às diversas organizações e sectores de actividade, quadros do movimento sindical e outros movimentos de massas – mantendo uma maioria de operários e empregados, reflectindo a natureza de classe

do Partido. Caso as necessidades de trabalho o justifiquem, durante o mandato poderá proceder a cooptações até um limite de 10% da sua composição.

A coesão política e ideológica do Partido deverá ser objectivo da DORP, criando para tal os espaços de discussão política e formação ideológica em articulação com as dinâmicas de trabalho das organizações e da direcção central do Partido.

A DORP elegerá de entre os seus membros um Executivo – não superior a um terço dos seus membros – e um Secretariado – não superior a 15% dos seus membros. Deverá ainda criar as Comissões e Grupos de Trabalho necessários ao apoio da sua actividade, de acordo com o contexto, os quadros e as prioridades que a cada momento se definam. Consideram-se como prioritários o Grupos e Comissões de Desenvolvimento Regional, Trabalho Autárquico e Eleitos, Movimento Associativo. Devem-se ainda considerar a criação de Comissões Regionais na área da Educação, Cultura, Saúde e Questões Sociais e Propaganda, envolvendo profissionais do sector e camaradas com intervenção nas respectivas áreas. O funcionamento destes grupos de trabalho e comissões permitirão valorizar e aprofundar a discussão regional sobre questões estruturantes para a intervenção da Direcção Regional.

Compete ao Executivo da DORP o acompanhamento diário da evolução da situação política, social e económica da região, do desenvolvimento da luta e do reforço da organização do Partido, bem como assegurar a resposta política diária da DORP, no quadro das orientações por si definidas e das decisões do Congresso e dos organismos de direcção central do Partido. O Executivo distribuirá por entre os seus membros a responsabilidade pelas organizações concelhias e sectoriais, bem como das frentes de trabalho consideradas prioritárias.

O Secretariado da DORP tem competências de acompanhamento e formação de quadros, organização partidária, na área administrativa, financeira, de património, arquivo e representação da DORP. O Secretariado assume ainda como funções o acompanhamento às organizações concelhias e sectoriais no âmbito das suas competências.

No seguimento das orientações do XXI Congresso do Partido que define como prioritário o reforço da organização e intervenção junto da classe operária e dos trabalhadores nas empresas e locais de trabalho é necessário prosseguir o trabalho para a integração de membros do Partido com menos de 55 anos nas organizações das empresas e locais de trabalho. Ainda no seguimento das orientações para o reforço da organização junto dos trabalhadores a organização dos intelectuais e quadros técnicos científicos no activo deve ser feita prioritariamente no Sector Intelectual da ORP.

Sem desresponsabilizar a DORP e o conjunto das organizações, o SIntel – pelas características do meio

em que intervém e pelas reais condições de trabalho – deve reforçar a sua atenção e tomar medidas necessárias ao reforço do trabalho permanente de alargamento unitário.

A organização do trabalho do Partido no interior do distrito, tem como organismos de coordenação e articulação a Direcção Sub-Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega. No entanto, a responsabilidade política em cada concelho é das respectivas comissões concelhias, que, tal como as Comissões de Freguesias ou outros organismos de base local, têm um papel determinante para a organização e intervenção do Partido na região, devendo ter uma preocupação permanente com tomada de posição sobre os problemas locais.

Respeitando a autonomia da JCP e sem se demitir de ter proposta e intervenção própria sobre os problemas da Juventude, a DORP deve manter o apoio à JCP e procurar melhorar a articulação e ligação à JCP no plano regional, mas também nos vários concelhos, empresas prioritárias e sectores de actividade, acompanhando uma realidade em constante mudança que a própria JCP reflecte.

### 3.3 – Iniciativa política e partidária

O período que nos separa da anterior AORP é caracterizado por uma intensa actividade partidária, por um esforço colectivo de dar resposta aos objectivos mais gerais do Partido, por um conjunto de iniciativas que procuraram assegurar a ligação aos problemas das populações. Do conjunto vasto da iniciativa política e partidária, no qual se inclui o contributo do Partido para o desenvolvimento da luta e a participação nas batalhas eleitorais, através de um conjunto de acções atrás já referidas, destacam-se ainda:

- A participação da ORP nas várias acções e campanhas nacionais do Partido, designadamente sobre as eleições para o parlamento europeu e eleições legislativas, sobre a situação política nacional e a alternativa; a reposição de direitos dos trabalhadores na Administração Pública e no sector empresarial do Estado; a contratação colectiva; as 35 horas para todos os trabalhadores; o aumento das pensões; o subsídio de Penosidade, Insalubridade e Risco; a afirmação da alternativa patriótica e de esquerda; a produção nacional e o desenvolvimento do país; os direitos das crianças; a defesa do SNS; a defesa da nacionalização da banca; a igualdade e os direitos das mulheres.

- A realização de iniciativas com forte componente popular, como o Passeio de Mulheres CDU, a Festa da Unidade, o convívio de reformados do Porto, ou as várias iniciativas de Verão promovidas por organizações locais do Partido;

- As iniciativas comemorativas do aniversário do Partido, o Comício regional, os almoços e jantares promovidos pelas diversas organizações, as exposições e debates que, assinalando o património de intervenção e luta do PCP, são um importante contributo para a afirmação da força, do ideal e da identidade comunista;

- A comemoração dos centenários de Armando Castro e Papiniano Carlos, com a realização de iniciativas culturais e exposições evocativas de dois prestigiados intelectuais comunistas do Porto;

- A realização da conferência “Regionalização, descentralização e o desenvolvimento regional – 20 anos depois do Referendo”;

- A promoção de um conjunto muito diversificado de audições sobre direitos dos trabalhadores, direitos sociais e discriminações, educação, cultura, cinema;

- A realização de sessões públicas e debates sobre o Orçamento do Estado, a morte antecipada, os rios, a alternativa política, a situação internacional;

- A realização da feira do livro, com um importante programa de debate associado;

- A participação na Festa do Avante!, com o envolvimento de centenas de camaradas e amigos na preparação, concepção, implantação, funcionamento e desimplantação da Festa;

- A evocação do segundo centenário de Karl Marx, com a divulgação da sua obra e a realização de debates e de uma exposição evocativa;

- As iniciativas já realizadas no âmbito do centenário do Partido, com destaque para o conjunto de acções realizadas em torno do dia 6 de Março, bem como a colocação de bandeiras em todo o distrito.

Estando em curso a evocação do centenário do PCP, com algumas iniciativas já realizadas, considera-se de particular importância que a DORP e as organizações programem e concretizem as suas próprias iniciativas no âmbito do Centenário do PCP, integrando-as na actividade mais geral do Partido, na afirmação do nosso ideal e projecto de sociedade e na resposta aos problemas concretos com que se deparam os trabalhadores e o povo.

### 3.4 – Informação e Propaganda

O trabalho de informação e propaganda é tarefa de todo o colectivo partidário e deve ser continuamente melhorado com a acção de cada militante, apoiada na organização, nas posições e prioridades do Partido.

Desde a realização da última AORP registaram-se avanços, insuficientes, na resposta a estas tarefas e no reconhecimento do seu papel indispensável para o Partido.

Teve lugar uma evolução significativa na produção e divulgação de conteúdos destinados às plataformas electrónicas (pagina na internet e página no facebook), tendo-se consolidado os avanços registados na última AORP.

É necessário continuar a avançar e garantir a actualização constante destas páginas, quer com conteúdos próprios criados a partir da intervenção de cada organização, adaptando-os às características de comunicação destas plataformas, quer divulgando os conteúdos das páginas regionais e central, garantindo a unidade e coesão da mensagem e imagem, objectivos políticos e informação veiculada, sem comprometer o funcionamento colectivo na tomada de posições. A intervenção dos militantes do Partido nas redes sociais deve ser feita da mesma forma que outros espaços da vida colectiva, procurando o esclarecimento, a partilha da acção e orientação do PCP, assumindo uma postura ética, mantendo reservado ao funcionamento do Partido o que só ao Partido diz respeito. O método como se gerem estas plataformas deve se inserir na normal direcção política da actividade do Partido.

A intervenção do partido nas plataformas electrónicas não substitui o contacto directo com todos os militantes pelo que devem ser tomadas medidas em todas as organizações para contactar regularmente com os militantes, em especial aqueles que por alguma razão não estão integrados em organismos.

Foram elaborados comunicados e boletins dirigidos a trabalhadores de empresas e sectores e documentos dirigidos às populações, foram distribuídos centenas de milhares de documentos centrais dando-se um contributo decisivo na afirmação das propostas e denúncias do PCP, tanto no plano nacional, como no plano regional.

Há no distrito uma rede permanente de cerca de 200 estruturas Mupi, que se reforça em períodos eleitorais, representando um importante canal de afirmação das posições do Partido, merecendo por parte das organizações um permanente esforço de manutenção e actualização.

No essencial, as organizações da ORP responderam às campanhas nacionais do PCP.

No plano da propaganda, as organizações deverão manter como preocupações:

- a identificação em cada concelho das empresas e locais de trabalho prioritários, bem como locais de grande concentração de trabalhadores e o permanente contacto com estes;
- a capacidade de elaboração dos materiais;
- a elaboração de planos de acção de contacto;

- a preocupação com a manutenção das estruturas MUPI na rua e a sua permanente actualização;
- o acompanhamento e a permanente actualização dos meios digitais;
- o reforço dos meios próprios de equipamentos de som, tanto para iniciativas, como para “sonoras” de carros, assim como de equipamentos de imagem.

É necessário prosseguir na formação e responsabilização de mais camaradas nesta frente de trabalho, com a formação de grupos de trabalho e/ou listagens de camaradas que possam dar esse contributo nos vários planos, a concretização de acções de formação específicas, procurando que estas tarefas sejam articuladas com a Direcção Regional.

No plano da relação das organizações do Partido com os órgãos de comunicação social é também necessário ter uma permanente actualização dos contactos para o envio de notas de imprensa, a divulgação de iniciativas e posições políticas.

### 3.5 – Imprensa do Partido

Num quadro político e ideológico complexo, marcado por uma profunda e abrangente ofensiva ideológica, a imprensa do Partido - o Avante! e o O Militante - assumem um papel insubstituível na acção do Partido e são instrumentos imprescindíveis para a formação política e ideológica dos militantes do Partido e sua difusão contribui para o reforço orgânico do Partido.

Actualmente, pela via orgânica, são vendidos 425 exemplares do Avante! e 135 exemplares de O Militante. Números aos quais acresce as assinaturas e a venda comercial.

É necessário continuar o esforço de maior divulgação e venda do Órgão Central do Partido, sendo que as recentes alterações no Avante!, com a criação de uma nova página na internet e uma nova apresentação, deve servir de estímulo para um impulso na sua venda e leitura. Considerando o importante papel da imprensa do Partido devem ser preocupações das organizações:

- Definir em cada organização o responsável pela difusão da imprensa do Partido;
- Alargar o número de difusores da imprensa;
- Acompanhar semanalmente a evolução das vendas orgânicas do Avante!;
- Estabelecer metas de venda nas organizações, com a elaboração de listas de membros a abordar e dos responsáveis pelos respectivos contactos;
- Divulgar e difundir o Avante! na rua, nas empresas e locais de trabalho, através de bancas de venda;

- Estimular o envio de informação para o Avante! e procurar formas criativas para a sua divulgação junto das camadas a quem se refere um determinado conteúdo;

- Estimular a compra e a leitura da revista O Militante junto de todos os quadros do Partido

- Propõe-se, até à próxima Assembleia, um reforço de 15% na venda orgânica da imprensa do Partido.

### 3.6 – Património e Meios Financeiros

A independência financeira do PCP é fundamental para garantir a independência política e ideológica do Partido, sendo por isso importante melhorar cada vez mais o nosso trabalho nesta área. Reforçar a independência financeira do Partido é garantir os meios necessários para a sua intervenção junto dos trabalhadores e do povo. O reforço da capacidade financeira do Partido, a valorização das quotas e de outras fontes de receitas tem de ter sempre um enquadramento político, no quadro do reforço do Partido e da militância.

Continuar a contenção de despesas e aumentar as receitas são objectivos que devemos ter em linha de conta, nomeadamente:

- Aumentar o número de camaradas a pagar quotas, envolver mais camaradas para a tarefa de recebimento;

- Tomar medidas urgentes, em todas as organizações, que passa pelo reforço das estruturas de fundos, de forma a superar as dificuldades que persistem para aumentar o número de camaradas a pagar quotas por transferência bancária e pagamento multibanco, organizar brigadas especiais que contactem os membros do Partido com quotas em atraso para as regularizar, definir objectivos em cada organização e acompanhar a sua concretização;

- Dinamizar a discussão pela dignificação de quotas, pela sua actualização, tendo como referência mínima 1% do salário ou pensão;

- Realizar uma reunião anual com todos os camaradas ligados à tarefa de fundos com a participação dos responsáveis das organizações, procurando a troca de experiências que possa levar à melhoria do nosso trabalho;

- Dar mais atenção ao tratamento das contribuições de eleitos e outros representantes em cargos públicos indicados pelo Partido, de acordo com o princípio estatutário de não serem beneficiados nem prejudicados, assegurando a definição dos montantes das contribuições, o calendário e a forma para a sua entrega regular;

- Promover a discussão política e ideológica sobre a entrega das verbas da participação nas mesas de voto, que constituem um importante compromisso e elemento distintivo da participação dos membros do Partido de não serem beneficiados nem criarem diferenciação face a outras tarefas;

- Dinamizar a realização em todas as organizações de iniciativas de fundos;

- Dar atenção aos centros de trabalho, tornando-os espaços mais apelativos com maior presença de militantes e simpatizantes, locais que para além da preparação da intervenção, sejam espaços de convívio, debate, formação, apresentação de livros, etc;

- Fazer um esforço para o reforço do investimento das organizações em equipamento, de forma equilibrada e em articulação com o secretariado da DORP;

- Incutir um controlo mais rigoroso à gestão das bancas e dos bares, nos locais onde funcionam;

- Realizar um convívio anual dos camaradas com tarefas de fundos e difusores da imprensa do Partido, reflectindo sobre a necessidade de melhorar o seu conteúdo;

- Manter os esforços no sentido de uma melhoria qualitativa de prestação de contas;

- Dar atenção necessária para que todas as organizações, em articulação com a DORP, elaborem os seus orçamentos antes do início do ano a que correspondem;

- Prosseguir com as medidas de valorização do património do Partido, garantindo que os orçamentos (concelhios e regional) têm em conta a necessidade da manutenção e valorização dos edifícios, bem como dos investimentos em equipamentos e materiais necessários ao desenvolvimento da actividade partidária;

- Fazer um inventário anual do património do Partido e proceder à sua análise;

- Prosseguir o esforço, em articulação com a direcção do Partido e as comissões concelhias, para a resolução de questões relativas a centros de trabalho e outro património do PCP.

Desde a última AORP registaram-se medidas quanto aos Centros de Trabalho (CT), destacando-se a conclusão do novo CT de Matosinhos e o início das obras no CT de Paranhos, ambos propriedade do Partido, bem como medidas com vista à aquisição de um CT no concelho de Valongo. Mantém-se a necessidade de, em articulação com a direcção do Partido, evoluir na reflexão quanto à manutenção e conservação do CT da Boavis-

ta, processo que deve ser discutido em paralelo com a necessidade de medidas para o aproveitamento integral das potencialidades do edifício. A dinamização dos centros de trabalho, como espaços privilegiados para a discussão, a iniciativa e afirmação do Partido, criando melhores condições em cada um deles, deve constituir um elemento de preocupação no conjunto da actividade do Partido.

No âmbito das comemorações do centenário do PCP, o Partido lançou uma importante acção de reforço partidário, de que faz parte a «Campanha Nacional de Fundos – O futuro tem Partido», onde cada um é chamado a dar a sua contribuição para aumentar a capacidade financeira do Partido, para garantir os meios para a sua intervenção. Esta campanha de fundos é assim a mais significativa que o partido lançou, com objectivos que apontam para a duplicação das metas da Campanha da Quinta do Cabo. Iniciando-se em Abril de 2020, para decorrer até Maio de 2021, estamos agora na fase final de aceleração dos contactos para garantir o êxito e o cumprimento dos objectivos, colocando-se a necessidade de listagens de camaradas e amigos ainda não abordados e a distribuição de contactos entre os principais quadros, bem como a definição em cada organização do responsável pelo acompanhamento da concretização dos compromissos assumidos até à conclusão da Campanha.

### **3.7 – Recrutamento, responsabilização de quadros e reforço da Organização**

No ano do centenário do PCP, a XIII Assembleia de Organização Regional do Porto do PCP aponta a necessidade de prosseguir com a intervenção e medidas com vista ao reforço da organização partidária.

O recrutamento e responsabilização de quadros, articulado com o reforço do trabalho de organização e da capacidade de intervenção são questões decisivas, reclamando de cada organização de base a discussão e planificação destes aspectos, designadamente por via da definição de objectivos e do levantamento de nomes a abordar para o recrutamento, mas também pelo acompanhamento da integração na vida partidária e da responsabilização de cada novo camarada.

Entre a última AORP e o final do ano de 2020 recrutamos 259 camaradas. Mas só nos primeiros quatro meses de 2021 recrutamos 71, confirmando grandes potencialidades que a Organização Regional precisa atender e potenciar. Nesse sentido – e tendo presente as orientações definidas no XXI Congresso do Partido – a XIII AORP lança uma campanha regional de recrutamento definindo o objectivo de alcançar 1000 recrutamentos até Março de 2023, confirmando que o Futuro tem Partido. Objectivo de enorme importância e alcance, que reclama desde já o lançamento da discussão e a implementação de medidas para concretizar contactos.

Em paralelo com o esforço de recrutamento, integração e responsabilização de novos camaradas, solicita-se das organizações do Partido também atenção e medidas de direcção para o reforço da organização e intervenção junto dos trabalhadores, colocando-se a necessidade de prosseguir em cada organização as medidas que permitam a consolidação e alargamento dos passos dados. Linhas de trabalho às quais as Comissões Concelhias não podem ficar alheias.

No âmbito da necessária dinamização dos diversos organismos, têm particular relevo as organizações de base local, concelhia ou de freguesia, no alargamento da responsabilização e na integração de quadros e à sua capacidade de intervenção junto das populações, mas também assegurando o contacto regular com todos os membros do Partido.

### **3.8 – Formação Ideológica**

A formação ideológica dos militantes comunistas faz-se no dia-a-dia, na luta social e política, no trabalho colectivo, o que não substitui a necessidade e a importância da preparação no plano teórico. A realização de cursos de formação continua a ser um meio insubstituível para o aprofundamento da base ideológica do Partido e o fortalecimento do seu funcionamento orgânico, e um espaço privilegiado para elevar a preparação geral dos quadros e também nas frentes específicas de intervenção. Entretanto a formação política e ideológica implica a leitura e o estudo dos documentos fundamentais do Partido, do Avante! e de O Militante, cujo conteúdo deve ter abordagem regular nas reuniões dos organismos. A leitura das obras de Marx, Engels e Lênine, e das obras de Álvaro Cunhal e de outras publicações da Editorial Avante!, são essenciais ao aprofundamento da base teórica dos quadros e militantes. A elevação do nível cultural, político e ideológico de cada membro do Partido deve estar presente na militância, no funcionamento e actividade de cada organização.

Assim, a coesão política e ideológica do Partido deverá ser objectivo da DORP, criando para tal espaços de discussão política e formação ideológica em articulação com as dinâmicas de trabalho das organizações e da direcção central do Partido. Deve-se, assim, planificar a realizar de mais acções de formação ideológica.

Na DORP realizaram 9 Cursos de formação política envolvendo as Comissões Concelhia e sectores. Sete camaradas participaram em cursos para funcionários na Escola do Partido.

### **3.9 – Festa do Avante**

A Festa do Avante, resultado do trabalho colectivo e da capacidade da organização do Partido, é um espaço de afirmação do ideal e do projecto do PCP, dos valores



de Abril, um amplo espaço de fraternidade e camaradagem, uma Festa que os trabalhadores e, em particular a juventude, a tornam sua.

Desde a última Assembleia, a ORP participou na festa com um envolvimento militante considerável por parte dos camaradas e amigos nas tarefas necessárias, nas tarefas de implantação e desimplantação, assim como no funcionamento do espaço regional. Verificaram-se oscilações na venda de EP's e nos resultados financeiros.

Em 2020, apesar das variadíssimas tentativas de impedir a realização da Festa, com uma violenta ofensiva contra o Partido, esta realizou-se no respeito pelas normas em vigor, expressando a capacidade de organização, o empenhamento e a criatividade de todo o colectivo partidário.

As organizações do Partido deverão reforçar a sua participação na Festa, a maior realização cultural e política do País, desenvolvendo-se as seguintes linhas de trabalho:

- A preparação da Festa deve ser considerada uma tarefa permanente;
- Dinamizar e reforçar colectivos quer ao nível regional, quer nas organizações;
- Reforçar medidas para alargar a mobilização, a venda antecipada de EP's, alargar o transporte organizado através das organizações locais e sectoriais;
- Reajustar a dimensão e a disposição do espaço regional, adequando o conteúdo da participação;
- Aumentar o rigor nas despesas;
- Continuar com o alargamento e rejuvenescimento dos camaradas envolvidos;
- Valorizar o nosso espaço, nos aspectos de decoração, exposição e momentos políticos;

A Festa do Avante é a Festa da militância, da resiliência e da determinação, é a Festa da Juventude, dos trabalhadores e do Povo na qual em particular este ano demonstramos a nossa coragem, alegria, criatividade e esperança num futuro melhor para todos.

### 3.10 – Intervenção Institucional

#### 3.10.1 – Autarquias

Nas Autarquias Locais, os eleitos comunistas e seus aliados da CDU têm procurado concretizar os compromissos eleitorais assumidos e reafirmar a prioridade na defesa dos interesses das populações, dos serviços públicos e do poder local democrático e, pelo seu exemplo, mostrar a forma distintiva como exercem funções públicas em permanente ligação com as populações, com incansável trabalho, honestidade e competência.

A intervenção dos eleitos comunistas e seus aliados da CDU no actual mandato autárquico é marcada pela continuação da denúncia dos contratos de concessão de serviços públicos (águas, saneamento, recolha e tratamento de resíduos, cantinas escolares e parques de estacionamento), num quadro geral em que se tem verificado a degradação dos serviços e o aumento das tarifas, situação que tem merecido o descontentamento das populações.

Apesar do incumprimento reiterado da Lei das finanças locais, a situação financeira dos municípios teve evoluções positivas, particularmente durante o actual mandato, realidade a que não é alheia a intervenção do PCP, nomeadamente ao ver aprovadas um conjunto de propostas apresentadas na AR e a sua concretização pelo Governo.

No entanto, apesar dessas melhorias a situação de muitos municípios do distrito continua a merecer preocupações, quer pelo nível do endividamento, quer pelos compromissos assumidos com grandes grupos privados em contratos ruinosos de concessão de serviços públicos.

Estas opções expõem a tendência que autarcas do distrito têm para negociatas, mantendo-se uma linha de procura de protagonismo pessoal e tacticismo político, que desvaloriza uma estratégia de procura de soluções de cooperação entre concelhos, com a subalternização dos órgãos metropolitanos pela Administração Central, situação denunciada pelo PCP e pelos eleitos da CDU.

A falta de uma estratégia metropolitana é evidente no contexto das medidas de combate à Covid 19, onde assistimos numa primeira fase a uma competição entre presidentes de Câmara que se atropelaram a alugar hotéis e montar hospitais de campanha em todo o lado que, por terem sido feitos sem qualquer articulação com entidades sanitárias nem ajustamento com a realidade, depois se comprovaram ser desajustados das necessidades reais. Depois, para ver quem ia mais longe nas restrições, no alarmismo e na propagação do medo, branqueando a falta de respostas do Governo, sem nenhuma crítica ao que devia ter sido feito e não foi feito.

A subalternização relativamente à Administração Central ficou também clara no embuste negociado entre PS e PSD relativamente ao suposto processo de “democratização das CCDR”, processo que mereceu uma viva denúncia do PCP e dos eleitos da CDU. A eleição do presidente da CCDRN mais não foi do que a ratificação do nome escolhido pelos directórios partidários para prosseguir as políticas definidas centralmente e mais uma forma de continuar a adiar indefinidamente a concretização da Regionalização, tal como está consagrado constitucionalmente.

Os eleitos da CDU empenharam-se ainda no combate e denúncia ao processo chamado de descentralização de competências para as autarquias, na verdade um processo de transferência de encargos.

Este processo, mais uma vez resultado de um entendimento entre PS e PSD, procura passar para as autarquias responsabilidades que são da administração central, abrindo por outro lado a porta à privatização de mais serviços públicos.

Por outro lado, não está garantida a transferência de verbas que permita às autarquias responder às obrigações que lhe estão a ser impostas, mantendo o governo a responsabilidade da definição das linhas de actuação relativas a todas elas.

A intervenção dos eleitos da CDU na denúncia deste processo, conseguiu unir diversos autarcas de diferentes forças políticas e permitiu condicionar a entrada em vigor de muitas destas transferências.

No entanto, em Janeiro de 2021 muitas delas estarão, por imposição legal, já transferidas para as autarquias, o que criará constrangimentos e desafios a que os eleitos da CDU não deixarão de dar resposta.

Os eleitos da CDU em situação de maioria – Junta da União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova, Parada de Todeia e União de Freguesias de Banho e Carvalhosa – com realidades diferenciadas, mantêm um estilo de gestão autárquica marcado pelo trabalho, honestidade e competência, que corresponde aos compromissos assumidos com a população e com o povo, na defesa dos serviços públicos, do seu património, na preservação da identidade, cultura, história e tradições das freguesias forçadamente agregadas.

Os eleitos da CDU mantiveram um papel activo na luta pela reposição das freguesias, com constantes intervenções e moções apresentadas nos órgãos institucionais, com a dinamização de reuniões, sessões públicas e outras acções, luta que continuará até que as freguesias sejam repostas.

Os eleitos da CDU continuam a demonstrar a sua solidariedade e marcaram presença nas diversas lutas que têm vindo a ter lugar, seja pela reposição de valências nas unidades de saúde, pela reposição do funcionamento dos cuidados de saúde primários, pela melhoria de serviços públicos, por melhores transportes, no apoio e solidariedade às lutas por direitos, salários e pelos postos de trabalho. São também os eleitos da CDU que continuam a manter o apoio às lutas dos trabalhadores da Administração Local.

A intervenção nas autarquias enfrenta um contexto de cada vez maior exigência, realidade que deve ser tida em conta na preparação, apoio, coordenação e divulgação da actividade dos mais de 100 eleitos da CDU no Distrito, sobretudo tendo em conta a batalha eleitoral que ocorrerá este ano.

A intervenção nos órgãos autárquicos cria condições para intensificar os contactos com as populações, com o movimento associativo e com um conjunto alargado de entidades, pelo que deve estar articulada com a acção geral do partido nos concelhos e nas freguesias.

Nesse sentido é necessário que os eleitos estejam integrados nas respectivas organizações concelhias e de freguesia, devendo ser encontrados espaços de articulação e discussão que permitam envolver eleitos e activistas da CDU que não sejam membros do Partido.

É fundamental que se ultrapassem estrangulamentos e limitações na actividade da CDU criando espaços de debate e discussão política da realidade concelhia e das freguesias, da agenda e dos problemas locais, com mais apoio e melhor acompanhamento dos eleitos locais da CDU, melhorando a coordenação entre eleitos municipais e de freguesia e um melhor trabalho de difusão e divulgação da actividade dos eleitos.

É preciso ter em conta o papel da CDU e dos seus eleitos locais no alargamento e na mobilização de outros, nomeadamente trabalhadores, dirigentes associativos, democratas sem partido.

Para isso é preciso intensificar a frequência dos contactos com a população, com as colectividades e com as demais instituições de cada concelho e freguesia e cuidar da sua devida divulgação pública.

### 3.10.2 – Assembleia da República

Nas Eleições Legislativas de 2019 a CDU elegeu dois deputados à Assembleia da República, vindo assim diminuída a sua representação. Apesar disso manteve-se a capacidade de intervenção e de ligação às populações e aos trabalhadores do distrito, contribuindo de forma valiosa no combate à política de direita e na afirmação da política patriótica e de esquerda.

Desde a realização da última AORP manteve-se a dinâmica de contactos, reuniões, visitas, intervenções e iniciativas no plano institucional nas mais diversas áreas de actividade do distrito, mantendo a presença semanal em acções das organizações do Partido, no contacto com os trabalhadores, reuniões com instituições, visitas a serviços públicos e empresas.

São centenas as perguntas, requerimentos, intervenções, projectos de Resolução e projectos de Lei apresentados pelo Grupo Parlamentar do PCP decorrentes de uma profunda e permanente ligação aos problemas dos trabalhadores e populações do distrito. Foi pela voz dos deputados comunistas que chegou à Assembleia da República e ao governo a denúncia e questionamento sobre os problemas dos trabalhadores de várias empresas do distrito, denunciando arbitrariedades e ilegalidades, reclamando mais meios e maior capacidade de intervenção da ACT.

As preocupações com o Serviço Nacional de Saúde e a Escola Pública foram permanentes, com questionamentos ao governo sobre problemas decorrentes da falta de funcionários ou de debilidades dos edifícios ou infraestruturas.

Na Cultura, a permanente ligação à região traduziu-

-se na realização de várias reuniões, audições, visitas e encontros com livreiros, escritores, actores, produtores e artistas, com subsequente reflexo em propostas e intervenções em defesa do direito à cultura, à fruição cultural e ao trabalho por parte dos trabalhadores deste sector. Destaca-se igualmente uma intervenção em defesa de importantes instituições culturais da região.

De entre a vasta e diversificada intervenção, refira-se igualmente as realizadas sobre a despoluição dos rios (Ave, Douro, Ferreira, Onda, Sousa, Tinto), sobre a remoção de resíduos perigosos em São Pedro da Cova, sobre o aterro em Valongo, sobre as obras de prolongamento do quebra mar de Leixões e do Novo Terminal de Contentores, pela consagração da STCP como operador interno, pelo desenvolvimento da rede de Metro do Porto, em defesa da nacionalização da Efacec, contra o encerramento da refinaria do Porto da Petrogal.

A luta e as propostas do PCP são inseparáveis de importantes avanços alcançados desde a anterior AORP, de que é exemplo a consagração do Passe Único, o direito à antecipação da reforma por parte dos trabalhadores das pedreiras, ou o anúncio de novas linhas de Metro do Porto.

É necessário aprofundar a articulação da intervenção das organizações do Partido com a acção institucional dos eleitos, procurando que a regularidade semanal de iniciativas com deputados seja assumida pelas organizações, que devem preparar e melhorar o trabalho de divulgação da intervenção do Grupo Parlamentar junto da organização do Partido, dos trabalhadores e da população em geral.

### 3.10.3 – Parlamento Europeu

A intervenção dos eleitos comunistas no Parlamento Europeu tem sido fundamental para a defesa da soberania nacional, da defesa da produção nacional, dos trabalhadores, da agricultura familiar, das pescas e da protecção do ambiente.

A presença na região dos deputados do PCP no Parlamento Europeu tem mantido regularidade, com participação em reuniões e visitas com instituições públicas e privadas, participação em acções de luta dos trabalhadores e das populações, reuniões e encontros com sindicatos e comissões de trabalhadores.

Ao longo dos últimos 3 anos os deputados do Partido no Parlamento Europeu realizaram várias deslocações à região onde participaram em debates e sessões de esclarecimento organizados por faculdades, escolas secundárias e organizações do Partido, abordando essencialmente aspectos relacionados com a situação da União Europeia e o processo de integração. Realizaram ainda dezenas de reuniões, contactos e visitas com instituições e trabalhadores, acompanhando processos de luta e aprofundando a ligação com a realidade nacional,

designadamente em torno das questões da pobreza, do desemprego e precariedade, da habitação, da ciência e da investigação científica, da produção nacional e dos serviços públicos, do ambiente e dos rios.

Destaca-se, entre outros, as reuniões e contactos com a Cooperativa Agros e a Cooperativa “A Lavoura”; com Pescadores da Afurada, Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa de Varzim; com sindicatos, com a Comissão de Trabalhadores da EMEF, com os trabalhadores da Efacec, da Petrogal e da cervejaria Galiza; com investigadores de vários centros de investigação; com IPSS e instituições de cariz social do distrito.

Há ainda a destacar várias perguntas escritas à Comissão Europeia e ao Conselho Europeu, bem como intervenções em plenário que resultam destas deslocações à região ou de informações recolhidas pelas organizações do Partido.

A presença e intervenção dos deputados do PCP no Parlamento Europeu deve ser integrada no quadro da intervenção do conjunto da organização regional, devendo intensificar-se o trabalho de divulgação da sua intervenção pelas organizações do partido.

## 3.11 – Actos Eleitorais

As batalhas eleitorais são momentos importantes da intervenção do PCP, constituindo importantes espaços de participação e esclarecimento, de denúncia da política de direita e de afirmação da alternativa patriótica e de esquerda.

As eleições ocorridas desde a última AORP, para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República, tiveram lugar num contexto de acentuada e prolongada ofensiva anticomunista, que aliou a deturpação de posições com o silenciamento à intervenção do PCP a que se somou a promoção de outras forças políticas.

Sem prejuízo de insuficiências que devem ser avaliadas, corrigidas e superadas, esta é uma realidade objectiva que não pode ser desconsiderada.

### 3.11.1 – Eleições para o Parlamento Europeu de 2019

A eleição de dois deputados nas Eleições para o Parlamento Europeu de 26 de Maio de 2019, em que a CDU obteve 228 054 votos e 6,9%, traduzindo uma redução da sua votação nestas eleições, é negativo para a defesa, no Parlamento Europeu, dos interesses dos trabalhadores, do povo e do país e não corresponde ao ambiente de apoio expresso durante a campanha e ao reconhecimento que, continuamente, foi feito do trabalho da CDU no Parlamento Europeu e da contribuição decisiva do PCP e do PEV para o percurso dos avanços nas condições de vida alcançados nos últimos três anos e meio.

O resultado obtido na região (29 830 votos, 4,97%), não espelha nem o valor do projecto da CDU, nem o

trabalho notável desempenhado pelos seus eleitos no Parlamento Europeu em defesa dos trabalhadores, do povo e do país.

Apesar do resultado, deve ser valorizada a campanha realizada, assente no contacto directo, no esclarecimento e na divulgação do projecto da CDU, com a realização de dezenas de acções que foram desde contactos com trabalhadores em diversas empresas, com pescadores e com jovens, a tribunas e sessões públicas passando ainda por comícios e arruadas com participação significativa.

### 3.11.2 – Eleições Legislativas 2019

Nas Eleições Legislativas de 6 de Outubro de 2019, o resultado obtido pela CDU (No plano nacional: 332 018 votos, 6,66% e 12 deputados; no distrito 44 859 votos, 4,8% e 2 deputados) – traduzido numa redução da sua expressão eleitoral e do número de deputados eleitos – constitui um factor negativo para o futuro próximo da vida do País.

A intervenção incansável dos militantes e do conjunto da organização partidária, assim como dos militantes do PEV e dos activistas da CDU permitiu uma intensa campanha de esclarecimento das massas, inseparável da recuperação de cerca de 15 mil votos face às eleições ao Parlamento Europeu realizadas poucos meses antes.

Com menos um deputado eleito pelo distrito, colocam-se acrescidas exigências para não diminuir a intervenção nem a ligação à região e aos seus problemas.

### 3.11.3 – Eleições Presidenciais 2021

A candidatura de João Ferreira afirmou, como nenhuma outra, o valor do trabalho e dos trabalhadores, os serviços públicos, a liberdade e a democracia e deu conteúdo e significado ao que a Constituição da República representa enquanto referência para uma política alternativa patriótica e de esquerda, de progresso social, de garantia e efectivação de direitos, de afirmação de Portugal como nação desenvolvida e soberana. A candidatura obteve uma votação que, ainda que aquém do que o valor da candidatura exigia, traduz um progresso eleitoral quando comparado com o resultado do candidato apoiado pelo PCP em 2016, com um aumento de 3,95% para 4,32% no plano nacional e 2,49% para 3,26% no distrito do Porto.

Assinala-se o apoio de eleitores que nunca antes tinham apoiado um candidato proposto pelo PCP. Ao mesmo tempo, regista-se a pressão, face à dramatização da possibilidade de uma segunda volta, para a deslocação de votos a favor da candidatura de Marcelo Rebelo de Sousa, bem como para a de Ana Gomes, face à desproporcionada centralidade dada a falsas disputas sobre

o segundo lugar, que favoreceu o protagonismo e a promoção mediática de candidaturas reacionárias.

A reeleição de Marcelo Rebelo de Sousa traduz o resultado expectável de uma elaborada promoção deste candidato, que, para lá da vantagem ímpar decorrente do exercício das funções presidenciais, beneficiou da fabricação de um aparente unanimismo. Assinala-se como preocupação a possibilidade real de, para lá das palavras, o agora reeleito Presidente da República exercer um segundo mandato com um alinhamento ainda mais explícito com os objectivos, interesses e agenda da política de direita, que nunca deixou de estar presente em importantes decisões adoptadas no desempenho das suas funções.

### 3.11.4 – Eleições Autárquicas 2021

As eleições autárquicas que se irão realizar em 2021, terão de ser encaradas como um momento privilegiado para, a partir do reforço e consolidação da CDU, avançar na melhoria das condições de vida das populações reafirmando a CDU como a grande força de esquerda no Poder Local.

A preparação desta batalha eleitoral não deve, nem pode ser, desligada da intervenção quotidiana e distintiva dos eleitos da CDU no Poder Local, marcada pelo lema “Trabalho, Honestidade e Competência”.

Uma intervenção de proximidade com as populações, procurando conhecer e intervir na resolução dos seus problemas, dando prioridade aos interesses dos trabalhadores e do povo, defendendo os serviços públicos, combatendo as privatizações e pugnando por melhores condições de vida.

Nas eleições autárquicas de 2021, em particular no distrito, deve-se trabalhar para o alargamento da CDU, envolvendo todos aqueles com quem convergimos nas diferentes batalhas em defesa das características do poder local democrático, garantindo uma ampla afirmação da candidatura da CDU a todas as Câmaras e Assembleias Municipais e concorrendo ao maior número possível de assembleias de freguesia.

## 3.12 – Ligação às massas e trabalho unitário

O desenvolvimento da luta e o fortalecimento das organizações unitárias de massas é um objectivo central e condição indispensável ao alargamento da frente social de luta pela ruptura com a política de direita e pela política patriótica e de esquerda.

Para a concretização desse objectivo é essencial aprofundar a ligação do Partido às massas, ligação que constitui um elemento fundamental da sua força, pelo que a intervenção nas organizações de massas deve ser uma prioridade.

Cabe a todos os organismos do Partido e a cada militante individualmente considerado cumprir com o dever

estatutário de aprofundar o conhecimento do meio em que desenvolve a sua actividade e transmiti-lo ao Partido, reforçar a sua ligação com os trabalhadores, com outras camadas laboriosas e as populações, defendendo as suas justas reivindicações e aspirações.

O reforço da organização do Partido nas empresas e locais de trabalho constitui cada vez mais uma prioridade da acção de toda a organização partidária, elemento estrutural para a acção política, ligação às massas e alargamento da influência.

Num contexto de aprofundamento da ofensiva ideológica anticomunista é necessário combater dinâmicas de fechamento das organizações sobre si mesmas, tomando medidas que elevem decisivamente o nível de participação dos membros do Partido nas organizações e movimentos de massas.

Pelo papel que assumem na dinamização da luta organizada, assume particular importância a participação nos sindicatos do movimento sindical unitário, organizados em torno da sua central sindical de classe, a CGTP, e outras organizações de classe e profissionais.

Mas a ligação às massas assume também outras formas, devendo as organizações do partido, designadamente as de base local, estabelecer também como prioridade a consciencialização e dinamização da participação dos militantes no movimento associativo, seja nas colectividades desportivas e recreativas, instituições culturais, movimentos de mulheres, associações de reformados, deficientes, utentes de serviços públicos, moradores, pais, defesa da paz, defesa do ambiente, combate ao racismo e à xenofobia, resistência anti-fascista, entre muitos outros. Destaque-se a necessidade de uma atenção particular ao movimento associativo e popular que, constituindo um grande espaço de participação e intervenção na vida local, tem um significativa implantação na região, mobiliza muitas centenas de dirigentes e activistas e desempenha um importante papel na dinamização e democratização da actividade cultural, recreativa e desportiva.

A acção e intervenção política do Partido constituem também elementos de ligação às massas, pelo seu carácter mobilizador e de alargamento a outros, aumentando assim a influência do Partido, como são exemplo a Festa da Unidade, o Passeio das Mulheres ou a Festa do Avante!.

Para a concretização da política alternativa patriótica e de esquerda, é fundamental estabelecer linhas de convergência com democratas e patriotas.

Isso implica o alargamento do trabalho unitário, dando continuidade à linha de trabalho implementada pela DORP, com a realização de reuniões com independentes para discutir a situação política, os debates em torno de publicações ou apresentação de livros, como tem sido exemplo as iniciativas realizadas no âmbito da feira do livro de Natal no CT Boavista, as apresentações da Diagonal, os debates e audições temáticas promovidos por organismos e/ou enquadrados em processos eleitorais com a participação de numerosos amigos e independentes.

As organizações locais devem dedicar mais atenção ao trabalho unitário, procurando manter o contacto e a divulgação das suas iniciativas e propostas junto das dezenas de candidatos independentes nas listas da CDU de forma a manter o seu envolvimento.

“Face à importância e papel das organizações do Partido no esclarecimento e mobilização de democratas e patriotas para criação de uma vasta frente social anti-monopolista de rejeição da política de direita e na exigência da alternativa patriótica e de esquerda, consideram-se como medidas a assumir em todas as organizações:

- Dinamização do trabalho unitário com outras pessoas e sectores democráticos, bem como com organizações, estruturas e instituições na dinamização da iniciativa unitária mas também estabelecendo contactos regulares para ouvir as suas opiniões e dar a conhecer as posições do Partido, dando particular atenção àqueles que conosco participam no quadro da CDU;
- Fazer em cada organização uma listagem de independentes e definir o camarada que fica com tarefa de contactar cada um com regularidade.
- Fazer em cada organização o levantamento de militantes em organizações de massas e definição de forma de contacto ou integração;
- Definir, em cada organização os organismos de massas prioritários no seu âmbito de acção e o responsável pelo acompanhamento de cada um, pelo conhecimento da sua actividade, das suas necessidades, por lhes fazer chegar a informação da intervenção do Partido”.





# PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL





## INTRODUÇÃO

A realidade da região é inseparável das políticas e opções que marcam a vida nacional nos últimos anos, desde o processo de integração capitalista da União Europeia à política de direita dos sucessivos governos nacionais.

Este é um distrito a diferentes velocidades e marcado por assimetrias e desigualdades internas, onde são bem evidentes as consequências de políticas que conduziram à alienação do papel do Estado em importantes sectores, à redução (ou eliminação) de serviços públicos, à destruição da indústria e enfraquecimento do sector primário (agricultura e pescas).

Mas, a região continua a dispor de importantes potencialidades, riquezas e forças capazes de recuperar e reforçar a capacidade produtiva e a resposta às necessidades de trabalhadores e populações, contribuindo para o desenvolvimento nacional, a superação de défices e carências.

Um caminho que reclama a ruptura com a política de direita e a assunção de uma política alternativa, patriótica e de esquerda, que ponha o país a produzir, valorize o trabalho e os trabalhadores, promova a distribuição da riqueza e a justiça fiscal, defenda serviços públicos e o controlo público de empresas e sectores estratégicos.

A apresentação do chamado PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) não altera os elementos centrais da análise e caracterização que o PCP tem feito da situação da região e das opções do Governo. O PRR está longe de corresponder às necessidades do País e, em muitos aspectos, desvia-se das prioridades nacionais. Não tem uma resposta pensada e articulada com as necessidades nacionais; mantém a lógica de submissão às imposições da UE; não olha para os défices estruturais do país; prossegue com a desindustrialização (como na Petrogal) e a entrega de empresas estratégicas ao grande capital (como com a Efacec) em vez de recuperar para o controlo público o que está em falta. Acrescente-se ainda que sendo importantes muitas das obras anunciadas no âmbito do PRR (como alguns troços do Metro do Porto) está longe de corresponder tanto às necessidades como às potencialidades da região.

Na decorrência do projecto do PCP para o país, define-se a política de desenvolvimento económico da região assente numa economia moderna, com uma acrescida e sólida base científico-técnica e uma nova especialização produtiva, que integre:

- Produções e serviços de qualidade e de alto valor acrescentado nacional e com elevados níveis de tecnologia, de produtividade, de emprego, de salários e de formação profissional;
- O combate às desigualdades sociais existentes no distrito bem expressas nos salários baixos e nos elevados índices de pobreza.
- Uma política económica que, a partir da realidade regional e das suas potencialidades, contribua para a superação dos principais défices estruturais – alimentar, energético, tecnológico e em bens de equipamento;
- O respeito pela preservação da natureza, dos ecossistemas, dos recursos e do património natural e garanta o mínimo impacto ambiental;
- O incentivo e apoio à participação activa, interessada e criadora dos trabalhadores e o controlo de gestão, e que sejam garantidas as condições necessárias para que os micro, pequenos e médios empresários, os agricultores e os pescadores contribuam com maior eficácia para a produção social.

Preocupada com a situação do país e da região e com a necessidade de encontrar respostas, consciente das suas enormes potencialidades e do contributo que pode dar para a resolução dos problemas nacionais, a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP decidiu pela elaboração deste Plano de Desenvolvimento Regional, no âmbito da realização da sua XIII Assembleia de Organização Regional, colocando igualmente este texto à discussão no colectivo partidário, procurando dele colher contributos que o enriqueçam.

## BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO DO PORTO

O distrito do Porto, parte integrante da região Norte, integra duas sub-regiões com características, problemas, potencialidades e dinâmicas específicas: a Área Metropolitana do Porto (AMP) que integra onze concelhos do distrito – Gondomar, Maia, Matosinhos, Paredes, Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa, Valongo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia – e a zona do Vale do Sousa e Baixo Tâmega (VSBT) da qual 7 concelhos do distrito do Porto integram a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa – Amarante, Baião, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel.

A AMP destaca-se pela elevada concentração de população, emprego, infraestruturas tecnológicas, áreas de acolhimento empresarial, estabelecimentos de ensino (incluindo os de ensino superior), equipamentos de saúde, equipamentos culturais com capacidade de afirmação internacional e grandes infraestruturas de transporte (aeroportuárias, portuárias e ferroviárias). A mobilidade urbana e regional continua excessivamente assente no transporte individual.

A ausência de uma rede pública de respostas sociais tem tido tradução na emergência de fenómenos de isolamento social e de envelhecimento desprotegido, a que se associa uma insuficiência de intervenções específicas e integradas neste domínio, a persistência de fortes assimetrias sociais e de rendimentos e de vastos segmentos das famílias residentes em situação de privação material. As carências habitacionais ligadas à sobrelotação, à degradação e inadequação de parte do parque habitacional, à situação da habitação social nos contextos mais urbanos, ganham maior dimensão decorrente do processo de especulação e dos fenómenos de gentrificação.

O VSBT pauta-se pela natureza difusa do povoamento, deficiente acesso à rede nacional de autoestradas e pela ausência de centros urbanos de dimensão acentuada e com forte capacidade polarizadora. Caracteriza-se também pela forte heterogeneidade interna, a qual se encontra bem patente no dualismo existente entre a sub-região do Vale do Sousa (fortemente industrializada e polarizada pela AMP, de povoamento disperso, onde os usos industriais convivem com os habitacionais e agrícolas) e a do Baixo Tâmega (onde a influência da AMP é menos acentuada, a presença industrial é reduzida, a atividade económica assenta na agricultura, na floresta e nos serviços, e o povoamento é mais concentrado). Na transição entre estas duas realidades encontram-se os concelhos de Amarante, Marco de Canaveses e Penafiel, cada um deles contendo elementos da realidade mais industrial do Sousa e da realidade mais rural do Tâmega.

Para além da grande diversidade interna e deficiente resposta ao nível dos serviços públicos e funções sociais do Estado, bem evidentes nas baixas respostas de cuidados continuados (nomeadamente em Baião) e nas menores taxas de cobertura no apoio à infância, população com deficiência e população idosa. Sendo uma região marcada pelo baixo nível de qualificação da população adulta e perfil de emprego pouco qualificado e formação profissional desajustada das necessidades do tecido empresarial, o VSBT tem uma presença quase nula de infraestruturas de base tecnológica. É ainda marcado pela insuficiência edescoordenação na oferta de serviços de transporte público, bem como ausência de interfaces intermodais.

A evolução demográfica no Distrito após o Censos 2011 reflecte uma diminuição no país (2,5%) mais acentuada que no Distrito (2,0%) que perde 36 mil neste pe-

ríodo. No entanto, se analisarmos os dados concelhios, constatamos que apenas quatro concelhos registaram aumentos de população (Maia com 2,7%, Paços de Ferreira com 0,7%, Valongo com 3,8% e Vila do Conde com 0,5%). Os restantes 14 Concelhos tiveram reduções, confirmando uma tendência para redução de população mais acentuada no VSBT e no concelho do Porto onde a redução de aproxima dos 9%, correspondendo a uma diminuição de quase 21 mil pessoas.

A análise aos inscritos nos Centros de Emprego dá-nos indicadores sobre o desemprego na região, mesmo que muito aquém do desemprego real. Os dados mais recentes apontam aumentos de desemprego (homólogo) no distrito próximos dos 25%, com valores mais expressivos em Felgueiras com 49,1%, Gondomar com 36% e Maia com 39,6%.

A confrontação entre os dados dos beneficiários de Prestações de Desemprego e os inscritos Centros de Emprego permite-nos ver como há muitos trabalhadores que estão na situação de desemprego e não beneficiam de qualquer prestação social. E muitos mais serão porque o desemprego real é muito superior ao que o IEFP considera. Mesmo considerando os dados minimalistas do IEFP, vemos que no final de Novembro de 2019 havia 45% de trabalhadores desempregados inscritos nos Centros de Emprego que não recebiam qualquer prestação social de desemprego.

## A POLÍTICA PATRIÓTICA E DE ESQUERDA

A realidade regional e nacional não pode alimentar ilusões. Não é possível resolver os problemas nacionais sem contar com o contributo da região, sem o aproveitamento integral das potencialidades do distrito do Porto. Mas também não é possível resolver os problemas da região fora do quadro da ruptura com a política de direita e da construção de uma alternativa para o País assente numa política patriótica e de esquerda.

Política patriótica e de esquerda que, assente nos princípios e valores da Constituição da República Portuguesa, se insere na luta pela realização do Programa do PCP «Uma Democracia Avançada – Os Valores de Abril no Futuro de Portugal», e que é parte integrante da construção de uma sociedade socialista em Portugal.

Uma política que, partindo dos eixos e objectivos essenciais – na sua dimensão política, económica, social, cultural, ambiental e de independência nacional –, assenta em oito aspectos prioritários:

- libertação do País da submissão ao Euro e das imposições e constrangimentos da União Europeia que, com outras expressões de uma política externa soberana, de paz e cooperação, afirme um Portugal livre e soberano;

- renegociação da dívida pública, nos seus prazos, juros e montantes, que garanta um serviço da dívida compatível com as necessidades de investimento público, desenvolvimento e criação de emprego;
- valorização do trabalho e dos trabalhadores, assente no pleno emprego, no aumento dos salários, na redução do horário de trabalho, na defesa do trabalho com direitos, no combate ao desemprego e à precariedade e na valorização das reformas e pensões;
- defesa e promoção da produção nacional e dos sectores produtivos, com a planificação da actividade económica e o desenvolvimento de uma política em defesa da indústria transformadora e extractiva, da agricultura e das pescas, que reduza os défices estruturais, que assegure o equilíbrio ambiental e territorial e coloque os recursos nacionais ao serviço do povo e do País;
- garantia do controlo público da banca, recuperação para o sector público dos sectores básicos estratégicos da economia, afirmando um Sector Empresarial do Estado forte e dinâmico, apoio às micro, pequenas e médias empresas e ao sector cooperativo;
- garantia de uma administração e serviços públicos ao serviço do povo e do País, valorizando o Serviço Nacional de Saúde como serviço público universal e gratuito; uma Escola Pública, gratuita e de qualidade; um sistema de Segurança Social Público e Universal; um serviço público de cultura; o direito ao transporte e a uma habitação condigna para todos;
- defesa de uma política de justiça fiscal que alivie a tributação sobre os rendimentos dos trabalhadores e do povo, combata os paraísos fiscais e rompa com o escandaloso favorecimento do grande capital;
- defesa do regime democrático e do cumprimento da Constituição da República Portuguesa, aprofundamento dos direitos, liberdades e garantias, combate à corrupção e concretização de uma justiça independente e acessível a todos.

## REGIONALIZAÇÃO

As últimas 2 décadas têm evidenciado de forma vinçada o quanto foram falsas as declarações dos que se opuseram à regionalização no referendo. O país está mais desigual e mais injusto. Em vez do combate às assimetrias e desigualdades, liquidaram-se e depauperaram-se serviços públicos, extinguiram-se freguesias, medidas com incidência particular nas zonas do interior, cronicamente mais desfavorecidas.

Acentuou-se o centralismo com a transferência de centros de decisão de grandes grupos económicos para

Lisboa e a não transferência para a região de instituições conforme o prometido. Portugal não ficou mais harmonioso com o processo de integração capitalista da União Europeia. Ficou mais injusto e desigual, com PS e PSD a entenderem-se em tudo o que tem sido estruturante neste processo (desde a abdicção de parcelas da nossa soberania até à gestão dos fundos comunitários).

O chamado processo de descentralização em curso traduz mais um passo no objectivo de desresponsabilizar o Estado por funções que lhe competem, transferindo encargos para as autarquias, sacudindo para cima do Poder Local a justa insatisfação da população pela ausência de respostas na saúde, na educação, na habitação, na cultura, no património ou nos transportes. Estamos assim perante a habitual prática dos governos do PS e do PSD/CDS: uma transferência de encargos, de subfinanciamento e sub-investimento, processo ao qual se junta a encenada eleição das CCDR, o que não resolve problemas, antes acentua desigualdades e assimetrias.

A política alternativa que o país precisa integra um verdadeiro processo de descentralização que não é possível sem a regionalização, sem a qual não haverá uma delimitação coerente de competências entre os vários níveis de administração. Mas reclama igualmente a reposição das freguesias, com a afirmação plena da autonomia administrativa e financeira que constitucionalmente o Poder Local tem consagrado;

A regionalização é, pois, um factor que fortalece o processo de democratização do País, conferindo legitimidade e representatividade democrática ao poder regional, através da eleição directa pelos cidadãos, reforçando a democracia participada e a descentralização.

A regionalização pode constituir também um importante instrumento para o reforço do desenvolvimento. A existência de regiões e de um sistema democrático representativo ao nível regional, para além de estimular uma participação alargada de todas as entidades interessadas no desenvolvimento, pode fortalecer a expressão das aspirações e da vontade regional, e assegurar capacidade de gestão, de planeamento e de negociação no que se refere à resolução dos seus principais problemas, garantindo maior investimento onde há maior atraso, corrigindo as assimetrias de desenvolvimento.

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Os serviços públicos e a concretização das funções sociais do Estado nas áreas da saúde, educação, protecção social e, entre outras áreas, como na Justiça e nas forças e serviços de segurança, constitui uma peça fundamental para o desenvolvimento da região e é o garante do acesso universal a cuidados e serviços vitais para a qualidade de vida das populações. As tentativas

de privatização, por via da reconfiguração do estado, em que serviços essenciais seriam prestados por privados foram e são uma séria ameaça.

Serviços públicos insuficientes, que agravam as assimetrias regionais, o reduzido número de profissionais e o envelhecimento dos trabalhadores dos diferentes serviços públicos, a concentração de serviços de atendimento e processamento noutras regiões do país, veja-se o caso da segurança social, e insuficiências de equipamentos e lacunas em redes públicas como creches e respostas para os idosos, constituem exemplos claros do que falta fazer no distrito.

De entre os diversos serviços público que urge melhorar destaca-se a necessidade imperiosa de reverter a entrega dos centros infantis, anteriormente sob gestão da segurança social, aos privados e a construção de uma rede pública de creches para acudir às necessidades da população do distrito. Por outro lado, importa melhorar, de forma significativa, a resposta social dada aos idosos do nosso distrito. Nesse sentido, é urgente a constituição de uma rede pública de lares e de apoio aos idosos. Para a construção destes equipamentos, e atendendo à realidade existente no distrito, é não só possível como é desejável a utilização do edificado pertencente quer à segurança social quer das forças armadas. Tal como é fundamental proceder à reabertura de muitos dos serviços públicos encerrados.

O PCP considera que apenas com serviços públicos de qualidade e de acesso gratuito o Estado estará a cumprir a Constituição e assegurar mais justiça social no nosso distrito, sendo urgente um forte investimento público capaz de dotar os serviços públicos com os recursos humanos adequados, o nível e qualidade de equipamentos necessários e com a dispersão territorial adequada para servir a população do distrito.

## EDUCAÇÃO E ENSINO

O distrito do Porto tem 865 estabelecimentos de ensino público, com níveis de ensino que vão do Pré-escolar até ao ensino secundário. Destes 865 estabelecimentos de ensino, 24 são escolas não agrupadas, estando os restantes 841 distribuídos por 110 agrupamentos, como se pode consultar no quadro anexo. Há agrupamentos compostos por 20 escolas, muitos com mais de 5 escolas, criando dificuldades de gestão de meios humanos e de respostas às crianças, jovens e suas famílias, confirmando-se as dificuldades e problemas para os quais o PCP alertou desde a tomada de decisão da constituição dos agrupamentos/mega-agrupamentos de escolas.

Deste conjunto de estabelecimentos de ensino, 1 escola (Escola secundária de S. Pedro da Cova, em Gondomar) e 27 agrupamentos de escolas do distrito são considerados Territórios Educativos de Intervenção

Prioritária (TEIP), sendo considerados escolas/agrupamentos que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social.

A esmagadora maioria das escolas secundárias do distrito, mesmo as que se encontram integradas em agrupamentos de escola, têm cursos do ensino profissional, nomeadamente do 10.º ao 12.º ano, uma realidade com particular expressão na região norte. No ensino público há uma clara opção de, através do ensino profissional, transformar o insucesso em instrumento de formação ao serviço dos interesses empresariais, mantendo os cursos gerais, que promovem uma educação mais abrangente e de maior dimensão cultural, como uma opção mais restrita. O ensino profissional no distrito, além do que é assegurado nas escolas públicas, tem escolas profissionais do sector particular e cooperativo, mas também do sector privado com oferta educativa semelhante à das escolas públicas. No que se refere ao ensino recorrente, são pouco mais de 10 as escolas públicas no distrito que o asseguram.

O ensino artístico, cuja oferta tem vindo a diminuir progressivamente nos vários graus de ensino, nomeadamente através da desvalorização da componente letiva das disciplinas das áreas artísticas e das expressões, está essencialmente assente em oferta do particular e cooperativo, sendo, no entanto, de referir a Escola Artística Soares dos Reis e o Conservatório de Música do Porto como ofertas públicas nesta área.

Merece referência a questão da oferta do pré-escolar – de acordo com a Carta Social, o distrito do Porto tem 878 equipamentos do Pré-escolar. Cruzando estes dados com um levantamento detalhado deste nível educativo na rede pública, podemos concluir que existem 407 estabelecimentos públicos que garantem esta resposta, estando a restante resposta (mais de metade) entregue ao sector social e mesmo ao privado.

A necessidade do Estado assumir as suas responsabilidades em matéria de educação evidencia-se nas questões do ensino profissional, do ensino artístico e do ensino recorrente, entregues, maioritariamente, a sectores sociais e privados, mas evidencia-se também na oferta do pré-escolar, cujos números demonstram a necessidade de reforçar a oferta pública no distrito. Embora as creches não estejam integradas no sistema educativo, estando sob responsabilidade do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, ficam referenciados os dados relativos ao distrito disponibilizados na Carta Social – 367 equipamentos de creches, na sua maioria do sector social e os restantes do sector privado.

Destaque-se ainda a situação das unidades de educação especial que, sem os apoios e os meios necessários, não conseguem dar a resposta necessária a alunos com necessidades educativas.

## SAÚDE

O sector da saúde tem vindo a sofrer crescentes ataques por parte dos grupos económicos que fazem da doença o seu negócio. Apesar de se ter interrompido (e revertido parcialmente) processos de entrega a privados de Hospitais, designadamente o de Santo Tirso, e do Centro de Reabilitação do Norte, o sector privado continua com fortes posições, com os grupos económicos dominantes a terem uma assinalável presença na região nomeadamente os grupos “Mello Saúde”, “Lusíadas” e “Trofa Saúde”. O SNS não é dominante em algumas áreas de cuidados, dependendo mesmo dos privados, e continuando a perder para esse sector nas áreas da imagiologia, análises clínicas, patológicas, acrescentando a outras em que o privado é predominante ou tem controlo monopolista, como no caso dos cuidados continuados, da saúde oral, hemodiálise, fisioterapia e análises clínicas, entre outros.

Após o início da pandemia, onde a região do Porto foi protagonista, o SNS foi posto à prova até aos seus limites. Apesar do contributo dos profissionais, as carências de recursos humanos, de equipamentos, instalações, comunicações e de sistemas de informação fizeram-se sentir e comprometeram seriamente a prestação de cuidados. Os recursos alocados à pandemia provocaram o bloqueio da actividade de prevenção e de promoção da saúde, a diminuição do acesso e da prestação de cuidados nos Cuidados de Saúde Primários e Hospitalares, que fez avolumar atrasos na resposta.

Actualmente observa-se uma campanha para atribuir aos privados, o grande mercado da recuperação das listas de espera, em vez de reforçar os recursos humanos dos serviços públicos e proceder a reestruturações indispensáveis para responder às necessidades actuais e futuras, designadamente por via da garantia de uma completa e eficaz rede de cuidados primários e do reforço da resposta pública na área da saúde preventiva, curativa e de reabilitação.

Valorizar as carreiras, as remunerações e as condições de trabalho dos profissionais é uma questão central na defesa do SNS. As lutas dos profissionais, dos utentes e a intervenção do PCP têm sido e continuarão a ser fundamentais na defesa da saúde dos trabalhadores e da população da região.

No plano dos equipamentos permanecem problemas por vencer, designadamente na área da imagiologia. Também nas infraestruturas, persistem as necessidades de respostas de fundo que permitam avançar com novas instalações para o Centro Hospitalar Póvoa/Vila do Conde e para o Hospital de Santo Tirso, bem como um melhor aproveitamento do Hospital de Amarante, no quadro do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa. O processo de desresponsabilização do Estado na área da saúde, nomeadamente através da transferência de com-

petências para as autarquias, deve merecer a atenção e intervenção do Partido, no sentido da sua defesa enquanto direito constitucional.

## ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

A organização e transformação espacial da região do Porto caracteriza-se por um conjunto complexo de problemas para o ordenamento do território que estão associados à insuficiente salvaguarda e valorização dos recursos naturais e ineficiente gestão de riscos; a expansão urbana desordenada - refém da especulação do solo e do seu uso - e correspondentes efeitos na fragmentação e desqualificação do tecido urbano e dos espaços envolventes; a ineficiência e insustentabilidade ambiental e económica nos domínios dos transportes e da energia; e a insuficiência de infraestruturas e sistemas de que potenciem a economia regional e a sua afirmação nacional e internacional; a inadequação da distribuição territorial de infraestruturas e de equipamentos colectivos face às dinâmicas de alteração do povoamento e das necessidades sociais.

Verifica-se, assim, uma expansão urbana desordenada, uma cedência do interesse público à especulação imobiliária e aos grandes interesses económicos, a proliferação de grandes empreendimentos privados e espaços comerciais, a privatização e mercantilização das cidades e do espaço público.

O desmantelamento e destruição do aparelho produtivo na região e a privatização de empresas e sectores estratégicos, o encerramento e desestruturação dos serviços públicos, da saúde, dos serviços bancários, serviços sociais, da educação, dos transportes, de postos e estações dos correios, a concessão das autoestradas e seu portajamento, a privatização da REN, da EDP e da Petrogal, a par do ataque especulativo ao parque habitacional é indissociável de processos de especulação, terciarização da economia, “privatização” das cidades e das suas dinâmicas comunitárias e colectivas, crescente elitização do seu acesso e expulsão das classes trabalhadoras. Gerando crescentes pressões urbanizadoras nos concelhos vizinhos da cidade do Porto, que não tem tido resposta à pressão demográfica que vem sustentado. Reflectindo-se dificuldade de criar sistemas de espaços públicos integrados, no funcionamento eficiente dos transportes públicos e na resolução de problemas sociais e ambientais.

A solução para estes problemas implica uma revisão do PNOT (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território) e do PROT-Norte de acordo com as necessidades e interesses dos trabalhadores e das populações da região, combatendo os interesses dos grandes grupos económicos e a pressão da UE para a terciarização da economia nacional e regional. Impõe-se uma

política alternativa às lógicas de especulação associadas ao território, à mercantilização dos equipamentos e espaços públicos das cidades e das suas dinâmicas — lógicas tão nocivas ao acesso condigno à habitação, mas também à estruturação da vida social e familiar, à fruição e criação cultural e ao desenvolvimento da região.

Concebendo o ordenamento do território de forma integrada (designadamente com os serviços públicos e uma rede de transportes públicos) urge reordenar e qualificar os espaços de localização industrial de acordo com as necessidades da região e as possibilidades territoriais tendo em conta acesso e mobilidade, do fomento de economias de aglomeração e escala.

Neste âmbito, revestem-se de importância estratégica para a região o Porto de Leixões e o Aeroporto do Porto.

O Porto de Leixões é o maior porto do noroeste peninsular. Infraestrutura que representa 25% do comércio internacional português e movimenta cerca de 14 milhões de toneladas de mercadorias por ano. Integrante da Rede Principal de Redes Transeuropeias de Transporte, é essencial o seu desenvolvimento quer para fazer face às tendências estratégicas globais, quer às necessidades regionais e nacionais. É necessário e urgente uma reorganização e articulação entre os portos nacionais, definindo uma política de gestão e coordenação da operação portuária e a resolução da sobreposição de hinterlands. É necessário assegurar o aumento da capacidade do Porto para poder dar resposta às novas gerações de navios e promover a intermodalidade, dinamizando transportes de ligação (ferroviária, fluvial, aéreo e rodoviário), dinamizando e afirmando esta infraestrutura enquanto plataforma logística capaz de dinamizar a região e o país.

O Aeroporto do Porto, o segundo maior de Portugal em termos de movimentos aéreos de carga e de passageiros, tem sofrido constrangimentos e retrocessos na sua operação inseparáveis de opções políticas e da privatização da ANA, que foi reduzido em 57 milhões de euros, e faltando com o investimento necessário ao desenvolvimento da operação no aeroporto do Porto. A esta situação acresce o aumento brutal das taxas aeroportuárias em pouco mais de 5 anos. As opções de sucessivos governos para a TAP, incluindo o chamado plano de reestruturação do governo PS, tem vindo a produzir consequências negativas para o país e em particular para a região do Porto, com voos em número actualmente muito insuficiente a partir do Aeroporto do Porto para diversos locais, limitando e não correspondendo às necessidades das populações nem da região. É fundamental, necessário e urgente outra resposta aos problemas de estrangulamento, falta de investimento e degradação do aeroporto do Porto, com a intervenção urgente no alargamento da capacidade de resposta da infraestrutura aeroportuária e a tomada de medidas de gestão

que coloquem como prioridade o desenvolvimento do País como um todo. Exigindo da ANA o investimento necessário e da TAP uma política de voos que sirva os interesses da região, no quadro de uma estratégia para o sistema aeroportuário nacional que promova o controlo público destas duas empresas estratégicas.

Evidencia-se a necessidade de uma permanente e interventiva acção que defenda o desenvolvimento, sem pôr em causa a protecção da paisagem e o ordenamento dos espaços protegidos, de sustentabilidade, de fruição e de expansão da actividade turística; Valorizar o património cultural, potenciando a sua utilização e fruição em rede; planear e implementar o ordenamento agrícola e florestal.

A vida comprova ainda a necessidade de valorizar os recursos naturais e florestais, estruturando o sector que operam em actividades relacionadas com os recursos florestais, combater o monocultura do eucalipto e potenciar a diversidade; Garantir a concretização de reservas estratégicas de água com especial incidência na Bacia Hidrográfica do Douro; Incentivar o aproveitamento de forma ambientalmente sustentável dos recursos geológicos, nomeadamente rochas industriais e minérios metálicos.

## AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

O ambiente e a qualidade de vida das populações são indissociáveis, razão pela qual a organização da sociedade e a estruturação da vida das pessoas tem que ter em conta os aspectos ambientais. A defesa do ambiente e da qualidade de vida tem, por isso, que ser considerada na organização e gestão dos transportes, da organização territorial, na gestão de solos, no ordenamento da floresta ou na protecção civil.

Tema sensível e valorizado pelas populações, com reflexo em várias acções de luta e nas dezenas de associações de defesa do ambiente. As questões climáticas e ambientais devem ser enquadradas numa perspectiva ampla, não só do ponto de vista da relação com a natureza e da exploração dos recursos naturais, mas também da necessidade de soluções verdadeiramente transformadoras. Tal exige a adopção de políticas sérias e consistentes, a mobilização de recursos e o reforço de meios, uma intervenção mais empenhada e determinada pelo interesse público, o investimento na investigação e desenvolvimento de várias soluções que sirvam as necessidades do povo e do país e no respeito pelo necessário equilíbrio do planeta em que vivemos.

Persistem na região por resolver problemas de impacto e dimensão significativa como os depósitos de resíduos em São Pedro da Cova e em Sobrado, que reclamam medidas que assegurem integral resolução, reparação dos impactos e compensação das populações.

A defesa da natureza e de um ambiente sadio reclama a adopção de medidas de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa da natureza, colocando a riqueza natural do país ao serviço do povo e do desenvolvimento nacional; o desenvolvimento de alternativas energéticas de domínio público; o reforço do investimento no transporte público no sentido da sua gratuitidade e alargando a sua oferta em detrimento do transporte individual; o investimento na investigação e desenvolvimento com vista à diminuição da dependência de combustíveis fósseis; a defesa da produção local; o reforço dos meios financeiros das autarquias locais para poderem prosseguir e melhorar a sua intervenção nas questões ambientais, no quadro das suas competências.

O desenvolvimento económico não é incompatível com o desenvolvimento sustentável capaz de reduzir os consumos e o défice energéticos, com preocupações quanto aos impactos ambientais, desde que incorpore medidas para a utilização racional da energia e acréscimos de eficiência energética nos transportes, nos edifícios e na indústria (redução da intensidade energética) e a diversificação das fontes de energia. A resposta que o país precisa assegurar em matéria de eficiência energética e protecção ambiental não tem que passar pela destruição de postos de trabalho e infraestruturas, como pretendem fazer com a refinaria de Matosinhos, além de que pode contar com um importante contributo da região, reclamando um recenseamento de todas as suas potencialidades e recursos, em energias renováveis (hidroeléctrica, eólica, solar térmica, fotovoltaica, biomassa, incluindo efluentes e resíduos orgânicos, geotérmica e as ligadas ao mar) e não renováveis. O caminho que apontamos deve ser articulado com o reforço da base científica e técnica, incluindo os centros de investigação da região, considerando sobretudo as novas aquisições no domínio da armazenagem, produção renovável e a valorização, e utilização integrada das potencialidades nacionais.

Os crescentes problemas relacionados com os impactos das alterações climáticas e da degradação dos recursos hídricos vieram mostrar as interdependências e a afectação dos ecossistemas e da biodiversidade. A erosão costeira, o recuo da linha de costa, as inundações mais frequentes em zonas ribeirinhas são algumas das consequências, que exigem medidas preventivas e de planeamento. O POC-CE (Plano da Orla Costeira Caminha/Espinho), tendo estado em debate público em Dezembro 2018, não está ainda a ser implementado, sendo prioritária a adopção de medidas de salvaguarda dos riscos naturais na faixa costeira, designadamente por via de operações de monitorização e identificação das zonas de risco na orla costeira.

A realidade ambiental da região, mas também as suas potencialidades, tornam necessário que sejam pro-

movidos os mecanismos que permitam à população e às empresas a adopção de medidas de eficiência energética e de fontes de energia renovável em detrimento das fontes fósseis. De igual forma é necessário otimizar de forma ambientalmente sustentável os sistemas de gestão e tratamento/deposição final de resíduos, incrementando a sua recolha selectiva, com posterior reciclagem, valorização orgânica e aproveitamento de biogás gerado em aterro.

O distrito tem importantes “manchas verdes”, serras e parques naturais cuja classificação há muito temos defendido, associada a um plano de protecção, valorização e envolvimento as comunidades locais, numa lógica que contrasta com os objectivos propagandísticos que marcam a intervenção no chamado Parque das Serras do Porto, ou a ligeireza com que se permitiu a instalação de “parques eólicos” na Serra da Aboboreira. É igualmente necessária maior protecção de áreas de extraordinária importância, como a Reserva Ornitológica do Mindelo.

Além dos grandes parques, urge colmatar a falta de espaços públicos naturalizados de pequena escala e de proximidade, essenciais para o lazer quotidiano — sejam jardins, pequenos parques e bosques, etc. — principalmente em territórios urbanizados ou em processos de urbanização.

Atrasos na rede de Saneamento, problemas de funcionamento das ETAR e descargas ilegais nos cursos de água continuam a marcar uma realidade que determina muita da qualidade dos nossos rios. Situação que, no caso do Douro, é amplificada pela intensa circulação de embarcações sem qualquer medida de defesa da qualidade da água.

Confirma-se como necessária a concretização de um plano para a valorização do rio Douro (envolvendo toda a sua bacia hidrográfica), mas também para a despoluição das bacias hidrográficas do Leça e Ave, numa perspectiva de aprofundamento da relação das populações com o rio. Prestarão especial atenção ao cumprimento da Convenção sobre Cooperação para a Protecção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (Convenção de Albufeira), designadamente quanto à quantidade e à qualidade da água no Rio Douro à entrada em território português.

## ÁGUA E SANEAMENTO

No final do século passado iniciou-se um processo que visou retirar das autarquias locais as suas competências na área da captação e distribuição de água e da recolha e tratamento de águas residuais. Processo esse que, embora de uma forma faseada, tinha (tem) por objectivo final a entrega a privados do bem público da água, transformando o acesso à mesma num negócio.

Assim se compreende a criação da empresa públi-

ca Águas de Portugal, que criou uma série de empresas multimunicipais, onde detém a maioria do capital, reservando às autarquias uma posição minoritária, e que, no distrito do Porto, se corporizou, inicialmente, em torno da Águas do Douro e Paiva (Sul do distrito, incluindo municípios de Aveiro e Viseu) e da Águas do Cávado (Norte do distrito, incluindo municípios de Braga). Em particular, a Águas do Douro e Paiva, beneficiando das dificuldades financeiras dos municípios do Porto e de Vila Nova de Gaia, mas também da cumplicidade política das suas maiorias PS com o governo Guterres, apropriou-se do sistema de captações de água detidos por estes municípios e que forneciam o Grande Porto, passando a deter o sistema em alta e a vender água aos municípios associados.

Mais tarde foi criada uma outra empresa multimunicipal, a SINDOURO, que visou o mesmo objectivo mas agora para a recolha e tratamento de águas residuais, processo que não teve, até agora, o mesmo “sucesso” do abastecimento de água. Posteriormente, por iniciativa do governo Passos Coelho/Paulo Portas, estes diversos sistemas multimunicipais foram reorganizados, com a criação da empresa Águas do Norte, que procurava agrupar todas aquelas que operavam nesta região, processo parcialmente revertido pelo governo PS mas que criou uma certa e confusa sobreposição institucional.

Deste modo, as diversas empresas do grupo Águas de Portugal detém o monopólio dos sistemas de captação de água e da sua distribuição, em alta, aos municípios do distrito (as excepções são o Marco de Canaveses e Penafiel), gerem diversas ETAR e entraram na distribuição de água em baixa e na rede de saneamento por concessão atribuída por diversos municípios (casos de Amarante e Baião) ou só da rede de saneamento (casos de Santo Tirso e Trofa).

Em paralelo com esta situação, diversos municípios concessionaram a entidades privadas a gestão das redes de abastecimento de águas (e, na maior parte, de saneamento), como são os casos de Matosinhos, Vila do Conde, Valongo, Gondomar, Marco de Canaveses, Paredes, Paços de Ferreira, Santo Tirso e Trofa (sendo os concessionários grandes grupos económicos, muitos ligados ao sector da construção civil e integrando grupos com capitais estrangeiros).

Nos restantes municípios do distrito, três (Felgueiras, Lousada e Póvoa de Varzim) são geridos pelas próprias Câmaras, 1 (Maia) por Serviços Municipalizados e 3 (Penafiel, Porto e Vila Nova de Gaia) por empresas municipais.

As concessões a entidades privadas resultaram, para além de uma opção ideológica tomada por Câmaras com maiorias do PS, do PSD ou do CDS, do facto de, durante anos, ter sido desprezado o investimento nas redes de águas e de saneamento, preteridas relativamente a obras de fachada com maior visibilidade. Foram apresentadas

como a “solução” para a realização dos investimentos que antes não foram feitos, sem que isso “depauperasse” as finanças municipais. Mas a verdade é que, passados vinte anos, esses investimentos não foram, na maior parte dos casos, concretizados, ao mesmo tempo que as tarifas praticadas pelo abastecimento de água e drenagem de águas residuais aumentaram significativamente, penalizando os utentes. Efetivamente, de acordo com um estudo da ERSAR relativo a 2019, dos 25 municípios com a água mais cara do País, 24 são concessionados a empresas privadas, sendo que os três com a água mais cara pertencem ao distrito do Porto: Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde. Situação que tem levado à luta das populações e que, em alguns casos, está a fazer com que municípios (casos de Santo Tirso e de Paredes) manifestem a intenção de resgatar as concessões.

Uma política Patriótica e de Esquerda para o sector das águas e do saneamento passa por:

- Transformar as empresas multimunicipais em empresas intermunicipais (ou seja, detidas, pelo menos maioritariamente, pelos Municípios), dificultando o seu processo de privatização, garantindo uma gestão mais adequada aos interesses locais e regionais e assegurando que os resultados gerados pela sua actividade são reinvestidos localmente;
- Fomentar parcerias entre Municípios susceptíveis de criarem sinergias na gestão de equipamentos (desactivar, por exemplo, ETAR obsoletas, tratando as águas residuais em ETAR de municípios vizinhos ou estabelecendo interligações entre ETAR que permitam, em caso de paragens por avaria ou para manutenção, o desvio de águas residuais sem que os mesmos sejam drenados, sem tratamento, para o meio hídrico);
- Reverter as concessões, assegurando um melhor serviço a preços mais baixos;
- Reinvestir os resultados dos sistemas em alta nas infraestruturas da Região, procurando melhorar os principais indicadores como sejam as taxas de cobertura das populações pelas redes de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, a redução das perdas de água, o aumento dos caudais de águas residuais tratados, a redução da energia consumida.

## HABITAÇÃO

A realidade do distrito do Porto é marcada pela limitação e negação do direito constitucional à habitação. As dificuldades de acesso a uma habitação condigna alargam-se e aprofundam-se fruto da especulação imobiliária desenfreada, da pressão turística, afastando-se moradores das cidades, nomeadamente dos seus centros,



diminuindo-se continuamente a habitação permanente existente, que passou a ser cada vez mais direccionada para oferta turística, nomeadamente alojamento local. E se na cidade do Porto estes efeitos são notórios de forma mais directa, os concelhos limítrofes são igualmente atingidos, nomeadamente com aumentos significativos dos valores das rendas ou dos valores de venda dos imóveis, impedindo a compra ou o arrendamento a preços acessíveis de habitações de acordo com as necessidades das famílias e em condições de dignidade.

O último Relatório das Necessidades de Realojamento habitacional do IHRU (referente a 2018) identifica mais de 5.000 famílias a realojar no distrito do Porto, correspondendo quase a 20% dos valores nacionais. Ainda que estejamos perante dados elaborados a partir de determinados critérios e em permanente desactualização, muito aquém das reais necessidades, importa dizer que estes números dizem respeito a famílias que necessitam de alojamento por viverem em situações altamente precárias/deficitárias, nomeadamente “acampamento clandestino”, “área de risco”, “bairro clandestino”, “bairro social”, “barracas e construções precárias”, “conjunto urbano consolidado degradado” e “parques de campismo”, não se englobando aqui outras dificuldades de acesso à habitação ou necessidades de habitação.

Ainda de acordo com este mesmo relatório, na Área Metropolitana do Porto, além da cidade do Porto (2.094 famílias a realojar), destacam-se os concelhos de V. N. Gaia (824 famílias), Maia (794 famílias) e Gondomar (502 famílias).

Cruzando o número de famílias a realojar no distrito identificadas neste mesmo relatório (5.084), com informação do INE que, no seu Inquérito à Caracterização da Habitação Social, de 2015, sinaliza a existência de 1.461 fogos de habitação social disponíveis, é fácil perceber que mais de 70% das necessidades de habitação não são respondidas.

A esta realidade juntam-se outras que, não estando quantificadas em documentos como os acima citados, exigem atenção e resposta, nomeadamente situações de habitações degradadas e habitações subdimensionadas para as necessidades das famílias, nos casos em que estas sejam habitações próprias e permanentes. As fracas condições de habitação e as condições insalubres a que muitos portugueses estão expostos, tanto em casa como nos locais de trabalho, têm consequências nefastas não só na capacidade de resposta ao novo coronavírus mas também no dia-a-dia, com as graves consequências destes ambientes na qualidade de vida de muitas famílias.

O momento actual exige ainda mais atenção à matéria da habitação – o aumento do desemprego, a quebra de salários e de rendimentos das famílias, traduzir-se-á, previsivelmente, em dificuldades acrescidas para suportarem custos com a habitação, nomeadamente com o crédito bancário. Não surpreenderá se a procura de

arrendamento aumentar ou se se verificar novas (e adicionais) situações de sobrelocação das habitações, com famílias a “juntarem-se”.

Considerando o determinado na nossa Constituição da República, bem como na Lei de Bases da Habitação no que concerne à responsabilidade do Estado na garantia de uma “habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”. Tal exige investimento público e compromisso para construção, reabilitação/recuperação urbana.

O programa 1.º Direito acaba por ser, na prática, um instrumento de transferência de encargos para a administração local, incluindo no distrito do Porto, pelo que não resolverá os problemas existentes. Tal desresponsabilização do Estado Central não isenta, no entanto, de responsabilidade os executivos autárquicos que activa e sustentadamente promovem a especulação e mercantilização das cidades e da habitação seja a pretexto de programas de rendas ditas “acessíveis” ou pela alienação de património público como contrapartida à construção de habitação definida por critérios privados.

Importa que sejam consideradas soluções que respondam a necessidades identificadas, sem que o estado se desresponsabilize das mesmas e que, no caso do distrito do Porto, considere a heterogeneidade dos municípios que o compõem, o que passa, no imediato, por fazer o levantamento de habitações degradadas ou desadequadas às necessidades das famílias (além das que são propriedade pública), desenvolvendo-se uma linha de apoio às famílias para a requalificação das mesmas.

A realidade existente aconselha ainda a implementação de um conjunto de medidas articuladas em matéria de habitação que assegurem a requalificação das habitações sociais; a construção ou reabilitação de fogos do parque habitacional público, destinado aos regimes de renda apoiada ou condicionada; a criação de programas de habitação a custo controlado e renda condicionada; uma bolsa Regional de Habitação, mobilizando-se edifícios que sejam património público com capacidade de habitação imediata ou após obras de adaptação; a adopção de uma política de promoção do arrendamento, com critérios mais vantajosos para os jovens.

Por fim, destaca-se a necessidade de garantir a reversão para o mercado de arrendamento habitacional um número significativo de AL, estabelecendo-se critérios e normas de qualidade para garantir condições de habitabilidade dignas, incluindo dimensão adequada.

## TRANSPORTES E MOBILIDADE

As deslocações no distrito continuam a ser maioritariamente feitas em transporte individual, incluindo dentro da Área Metropolitana do Porto (AMP) com

mais de 80% das deslocações diárias, segundo os mais recentes estudos. A redução tarifária deu um contributo importante para o aumento da procura dos transportes públicos, mas sem um significativo reforço da oferta e da qualidade do serviço dificilmente se irá tão longe quanto necessário.

O Metro tem hoje, no plano metropolitano, um papel fulcral que confirma a necessidade de melhoria e alargamento da rede Metro, com a conclusão dos troços em curso e da rede projectada (ligação à Trofa; linha de Valbom com ligação a Gondomar; Linha do Campo Alegre; Linha das Devesas; Linha de São Mamede; Linha da Maia, a partir do hospital São João), o reforço de composições e trabalhadores, mas também da salvaguarda da capacidade de manutenção do equipamento na região, na empresa pública, a EMEF, agora integrada na CP.

A necessária valorização do transporte ferroviário, passa por medidas como a reabertura da linha de Leixões a passageiros ou a modernização e electrificação da totalidade das linhas do Tâmega e Douro.

No plano do transporte rodoviário, o PCP insiste na necessidade do desenvolvimento de um processo com vista à consolidação da STCP como operador interno da AMP, com uma calendarização do seu progressivo alargamento aos concelhos, aliado a um processo de reforço imediato da capacidade de resposta da empresa, designadamente pela contratação de trabalhadores (nomeadamente motoristas) em falta e de aquisição de viaturas.

A heterogeneidade do distrito tem consequências também na insuficiente rede de transportes e de ligações entre concelhos, ganhando mais evidência nos concelhos do Vale do Sousa e Baixo Tâmega onde propomos a criação de um Plano de Mobilidade que, articulando meios de transporte colectivo, assegure ligação entre concelhos, entre freguesias e destas ao centro do concelho onde se concentram os poucos serviços públicos existentes.

No plano das infraestruturas rodoviárias, há estrangulamentos que persistem e outros que se vão acentuando, colocando-se como prioritário a revogação das portagens nas ex-SCUT; a construção integral do IC35; o estudo, com vista à concretização, de novas ligações rodoviárias entre Porto e Gaia, Matosinhos e Leça da Palmeira, Gondomar e Gaia, Penafiel Castelo de Paiva.

Já a Via Navegável do Douro desenvolve-se, na componente portuguesa, entre a foz do rio Douro e Barca D'Alva, por 208 km. Trata-se da única via navegável nacional que integra a Rede Transeuropeia de Transportes. Nesta, a actividade marítimo-turística é a predominante. Em 2019, passaram pela Via Navegável do Douro mais de 1,6 milhões de passageiros, representando um crescimento de 27% face a 2018. Para o mesmo ano, a capacidade instalada correspondia a 85 operadores, 86 embarcações e uma lotação de mais de

11 mil passageiros (mais 7% que em 2018). O transporte de mercadorias também registou um aumento de cerca de 20%, entre 2018 e 2019, tendo sido movimentadas mais de 40 mil toneladas. Subsistem alguns pontos críticos no que respeita à profundidade e largura do canal e consequente desempenho da via. O Douro, para além de outras potencialidades e significado para a região, exige ainda que seja considerado como uma importante via de comunicação e de transporte para as populações que vivem e trabalham nos concelhos que este importante recurso hídrico atravessa.

## TECIDO EMPRESARIAL – AS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

As empresas de micro, pequena e média dimensão da região predominam em número, 99,9% do total, e no emprego criado, 72%.

A realidade do tecido empresarial da região justifica a definição de políticas que, tendo em conta as especificidades regionais, possa ter uma atenção particular com as micro, pequenas e médias empresas tanto no plano fiscal como na redução dos custos com as taxas e as tarifas da energia, comunicações, telecomunicações e seguros, aproximando-as à média europeia.

Com expressão destacada entre as micro empresas, o sector do comércio está hoje confrontado com problemas decorrentes de cedência aos interesses dos grandes grupos económicos, designadamente no licenciamento de grandes superfícies comerciais. Os concelhos de maior concentração (e pressão) das grandes superfícies verificam uma acentuada diminuição de micro, pequenas e médias empresas. Entre 2011 e 2017 diminuiu em cerca de 14500 as empresas de comércio nos concelhos de Porto, Gaia e Matosinhos. A “cogumelização” das grandes superfícies continua a acontecer sem qualquer avaliação do impacto económico e social nos respectivos concelhos.

Há no distrito algumas indústrias tradicionais, fundamentalmente das áreas dos têxteis e vestuário, da ourivesaria, do couro e seus produtos e do mobiliário, localizadas, na sua grande maioria, nos concelhos de Santo Tirso (têxteis), Gondomar (ourivesaria), Lousada, Marco de Canaveses, Póvoa de Varzim e Santo Tirso (vestuário), Felgueiras (couro e produtos do couro) e Paços de Ferreira e Paredes (mobiliário e colchões). Pela expressão económica e pelo peso que têm no emprego carecem de uma atenção particular à modernização e qualificação, compatível com uma política de valorização do trabalho e dos trabalhadores. A sobrevivência de muitas micro, pequenas e médias empresas é inseparável de medidas de apoio para a modernização e reforço da sua capacidade de competitividade, garantindo medidas de acesso prioritário e simples aos fundos

comunitários (Portugal 2030), fixando para as MPME o valor de 50% dos fundos para empresas e uma política de crédito com instrumentos financeiros e condições – garantias, spreads, comissões - para capitalização, investimento ou tesouraria ajustados às MPME.

Considerando a importância e o peso na economia da região e do país, justifica-se ainda a criação de uma «entidade específica» no Ministério da Economia como interlocutor privilegiado para o apoio às micro, pequenas e médias empresas.

## INDÚSTRIA

A região verificou uma brutal diminuição do número de empresas das indústrias extractivas, muito superior ao que se verificou no País. Nos três Concelhos onde era mais significativa a existência dessas indústrias, entre 2011 e 2017, Marco de Canaveses perdeu 42% das empresas, Paços de Ferreira 80% e Penafiel 71%. Sendo a maior parte, ou a totalidade, destas empresas de extracção de pedra, coloca-se ainda a questão de criar condições para o desenvolvimento desta fileira para que o processo de transformação (e o valor acrescentado que lhe incute) seja feito na região.

A realidade da região evidencia ainda a importância de uma política integrada e dirigida a fileiras específicas. É disso exemplo as potencialidades em torno da indústria do mobiliário, desde a dimensão florestal (e da produção de madeira para a indústria), ao abate e transformação da madeira para o fabrico de móveis.

Com particular incidência no concelho de Gondomar a indústria da ourivesaria constitui um importante sector da produção nacional que, envolvendo largas dezenas de micro e pequenas empresas, tem prestigiado o país e contribui para o desenvolvimento regional. Contudo, a massificação da produção e uma forte concorrência internacional colocam desafios a este sector de actividade. Assim, impõem-se medidas de apoio ao sector da ourivesaria com vista à sua dinamização, crescimento e internacionalização. Por outro lado, a produção de peças de ourivesaria está, de uma forma umbilical, associada a Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM) a quem compete a fiscalização e controlo da produção, contudo, a falta de trabalhadores e os preços praticados pelos serviços prestados constituem constrangimentos que importa ultrapassar. Nesse sentido, é importante o reforço do quadro de pessoal da INCM e a revisão dos preços praticados junto dos produtores.

Após a entrada no Euro há uma diminuição muito significativa da indústria transformadora no país e, de forma ainda mais acentuada, na região. Apesar desta diminuição, a indústria transformadora representa cerca de 24% do emprego na região. Registe-se o facto de haver uma situação de quase monoindústria em Felgueiras

(calçado) e em Paços de Ferreira e Paredes (mobiliário).

Por outro lado, a privatização das grandes empresas do sector industrial público que foram privatizadas têm seguido um rumo contrário ao interesse nacional, sendo os exemplos mais evidentes a refinação de petróleo (em processo de encerramento) e a Siderurgia Nacional (actualmente amplamente diminuída).

A política alternativa que o país precisa encontra nas potencialidades da região um importante contributo, designadamente no plano da indústria extractiva, onde se reclama uma intervenção capaz de reverter o domínio do capital privado, particularmente estrangeiro, com assumpção de posições dominantes na pesquisa, exploração e transformação em território nacional do material extraído; o aproveitamento integral dos recursos, começando pelos de melhores condições de exploração e rentabilidade social, fornecendo à indústria e exportando produtos o mais elaborados possível.

Ao nível da indústria transformadora, coloca-se a necessidade de o Estado assumir posições determinantes em indústrias básicas, como a siderurgia e em indústrias estratégicas, como a naval e as metalomecânicas, electromecânicas e electrónicas (designadamente a Efacec); a estruturação de núcleos de integração vertical, baseados nos recursos naturais nacionais, desde as indústrias extractivas às primeiras transformações (como a siderurgia, metalurgia e cimenteira); reversão do encerramento do processo de refinação na região, aliado a um processo de ampliação da petroquímica, da produção de olefinas e aromáticos.

## ESTRATÉGIA PARA A ECONOMIA DIGITAL

As Tecnologias da Informação (TI) têm experimentado um desenvolvimento constante e estão hoje presentes em todos os domínios da vida em sociedade – pessoal, social, económico, político e cultural. É assim inevitável que as TI e as suas potencialidades afectem e transformem marcadamente a actividade económica. A economia digital consiste assim na fusão entre as TI e a actividade económica, cujos efeitos se fazem sentir não apenas no domínio puramente digital (onde se insere, por exemplo, o comércio on-line), mas se estendem também à economia “real” (ou tradicional), sendo crescentemente difícil traçar uma fronteira entre as duas.

A abordagem às TI e ao seu impacto e poder transformativo da sociedade e economia regional e nacional, deve ser feita de uma forma cabal e sistémica que tome efectiva consciência, e dê resposta, aos potenciais e aos desafios comportados pelo processo de fusão entre as TI e a economia real, para toda a sociedade, em especial para o povo e os trabalhadores.

Esta abordagem deve assim ser desenvolvida em enquadramento estreito com os objectivos estratégicos

para o desenvolvimento económico, social e cultural da região e do país. Deve assegurar o respeito pelos direitos e garantias dos cidadãos, nomeadamente dos trabalhadores, acautelando e salvaguardando questões como o direito ao trabalho, os avanços civilizacionais e laborais adquiridos e plasmados na lei, o direito à privacidade e impedindo a recolha, armazenamento, e utilização abusivas de informação sobre os cidadãos ou qualquer outro aspecto ou componente da sociedade. Deve também salvaguardar a soberania e independência nacionais.

A abordagem em questão deve precaver e impedir o desenvolvimento de posições monopolistas, por agentes económicos privados nacionais ou estrangeiros, em qualquer aspecto ou sector da economia digital. Deve também precaver e impedir o emprego das TI, no contexto da sua fusão com a actividade económica, para a evasão à legislação nacional (laboral, fiscal, etc.) com os prejuízos daí decorrentes para os trabalhadores, para o tecido económico (predominantemente nacional ou local) que opera legalmente, e para as finanças públicas.

Um importante contributo para o desenvolvimento da economia digital da região é a definição, e execução, de uma estratégia de divulgação, pedagógica e formativa, focada em promover a compreensão e uso adequado, pelos cidadãos, associações, empresas e restante tecido social, das «novas tecnologias», para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e desenvolvida. Esta estratégia deve acautelar as diferentes necessidades de cada sector de actividade humana-económica, potenciando os recursos naturais e humanos da região e as suas características, qualificando e integrando as suas forças produtivas, e promovendo o desenvolvimento da investigação, da ciência, da tecnologia e da inovação.

O PCP entende ser importante salvaguardar neste processo o papel do Estado em articulação com os centros de investigação sediados na região, o Politécnico, a Universidade do Porto e outras estruturas sociais.

## ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO

O distrito tem duas importantes instituições públicas de ensino superior, a Universidade do Porto (UP) e o Instituto Politécnico do Porto (IPP), que são frequentadas por mais de 50 mil alunos e envolvem mais de 4200 docentes e investigadores, além de mais de 2000 trabalhadores não docentes. Associados a estas instituições estão 73 centros ou unidades de investigação (49 na UP e 24 no IPP).

Existem na região centros e unidades de investigação que dispõem no imediato de recursos determinantes para a implementação de uma política de produção nacional, baseada na produção e serviços de qualidade e de alto valor acrescentado que responda às necessi-

dades de superação dos principais défices estruturais e que ao mesmo tempo abranja medidas de preservação da natureza.

Estes centros e unidades de investigação, não só não têm tido acesso a uma política de financiamento público adequada, estável e previsível, como foram empurrados para soluções de existência jurídico-formal na fronteira entre o público e o privado. A maioria destas instituições mantendo-se no espectro da Universidade têm cada vez mais um funcionamento empresarial com graves consequências no seu funcionamento e gestão democrática, mas também nas condições de trabalho de técnicos, investigadores e outros profissionais. Importa garantir a existência destas instituições na esfera estritamente pública, garantir a valorização de salários e condições de trabalho, aproveitando realmente o que melhor se faz e se investiga no País para o desenvolvimento industrial e económico da região e para a melhoria das condições de vida das populações.

O continuado subfinanciamento deste sistema de ensino (Orçamento de Estado garante apenas cerca de 58% do financiamento do IPP e 54% da UP) colocou as instituições do ensino superior em tal grau de vulnerabilidade que algumas sucumbiram à armadilha criada com a publicação do novo Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES). Nesta nova legislação reguladora é introduzido o estatuto das Fundações Públicas de Direito Privado para as Universidades, o que permite subverter o propósito público das instituições universitárias degradando inevitavelmente, o seu funcionamento. Este foi o caso da Universidade do Porto que desde 2008 se transformou numa fundação. O RJIES teve um efeito igualmente nocivo nos institutos politécnicos com o fim dos órgãos de gestão colectivos e a eleição directa dos órgãos de gestão, promovendo-se a existência de um processo pouco democrático ao distanciar a intervenção directa do corpo docente em momentos que devem ser electivos.

Com esta nova forma de gestão, generalizou-se a precariedade de vínculos, particularmente com docentes convidados e transformaram-se muitas unidades de investigação, que sempre fizeram (e continuam a fazer) parte das universidades e institutos politécnicos, em Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos, mais uma vez de direito privado, conduzindo a uma acentuação da precarização dos investigadores e da investigação.

Os alunos são tratados como clientes e menos como cidadãos a quem o sistema público de Ensino Superior tem o dever de formar, com o enorme aumento do montante das propinas dos dois últimos ciclos, o baixíssimo nível de resposta dos serviços sociais para os estudantes do ensino superior, o baixo número de cantinas e a qualidade do serviço, assim como o exíguo número de camas nas residências estudantis. Por fim, muitos destes estudantes, após concluírem a sua formação superior,

são confrontados com situações de desemprego, imposição de vínculos precários e baixos salários.

A evolução do sector contrasta com o rumo que seria necessário imprimir para que a UP, o IPP e o conjunto dos centros de Investigação da região pudessem dar o seu contributo para o desenvolvimento da região e do país. No imediato, reclama-se um ensino superior público e de qualidade, na qual sejam eliminadas as barreiras que impedem que milhares de jovens possam frequentar ou continuar os seus estudos, no quadro de uma Universidade e Politécnico que sejam geridos em função de critérios públicos, dos interesses dos estudantes, das necessidades do distrito e do país, das potencialidades da região. Caminho só possível com a gestão pública de todos os serviços da Universidade e Politécnico, a gestão democrática das instituições, em todos os seus patamares, a gestão pública de centros de investigação estratégicos.

Os efeitos da mercantilização das cidades e da habitação contribui de forma cada vez mais expressiva para impedir o acesso de muitos jovens ao ensino superior. A oferta pública de camas em residências resume-se a 1365 camas (1048 na UP, 317 no IPP), muito aquém das necessidades. A ausência ao longo dos anos de uma oferta de residências públicas compatível com as necessidades tem sido aproveitada para a especulação mas, mais recentemente, para a construção de residências privadas (ou público-privadas) na lógica especulativa e de aproveitamento e não como resposta a uma necessidade. A qualidade do ensino é ainda indissociável da criação de mais residências públicas para estudantes e do combate à precariedade de docentes, investigadores, auxiliares e administrativos.

## COMUNICAÇÃO SOCIAL

A informação como bem público, especialmente nas suas dimensões cívica e cultural desempenha um papel essencial no desenvolvimento do país e das regiões. No entanto, a situação da comunicação social nomeadamente no distrito do Porto justifica a maior atenção.

Hoje, apenas um grande diário – o “Jornal de Notícias” – está sediado no Porto, sendo o único que, não obstante as críticas a certas opções e prioridades editoriais, vai reflectindo a realidade económica, social, cultural e política da região Norte. Mas a situação na Global Media Group, sua proprietária, que continua a degradar-se, e as consequências da concentração da propriedade de meios de informação continuam a ser motivos de preocupação.

Salienta-se a importância central dos serviços públicos de Rádio e de Televisão e a necessidade de combater o assédio ao valioso património no Monte da Virgem, associado a tentativas de desvalorização do papel do centro de produção do Norte. Destaca-se ainda a si-

tuação da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, cujo subfinanciamento crónico põe em causa a sua capacidade de cobertura jornalística nomeadamente da região.

Ainda em relação à Lusa, responsável pelo serviço público de notícias, é de assinalar a pretensão da Global Media Group de reforçar da participação social, passando a deter 45,71% da agência, de capitais maioritariamente públicos.

No panorama audiovisual, destaca-se o funcionamento, na região, da operadora de televisão Porto Canal, especialmente pela importância que dedica à informação de actualidade no Porto e na região, bem como à divulgação das iniciativas culturais e aos espaços de debate.

Por outro lado, aprofundam-se as debilidades dos meios de informação local e regional (imprensa e rádios), muitas vezes excessivamente dependentes da publicidade das autarquias e de investidores, inclusivamente publicitários, cujos interesses nem sempre garantem a autonomia das redacções e dos jornalistas.

Considerando o papel dos meios de informação e sobretudo o potencial de promoção do desenvolvimento regional, é necessário desenvolver políticas públicas de valorização e apoio ao sector, mediante a observância de regras estritas e deveres de pluralismo e de diversidade informativa e de entretenimento. Especialmente os apoios concedidos pelas autarquias, inclusivamente através de contratos publicitários ou de patrocínios, devem ser escrutinados pelas assembleias municipais.

## AGRICULTURA E FLORESTA

Com uma importante expressão na maioria dos concelhos, o sector agro-florestal, apesar dos problemas com que está confrontado, revela grande potencial de desenvolvimento económico. Embora a região não seja globalmente homogénea, acompanha as tendências do País nos seus principais indicadores socioeconómicos, reflectindo as consequências das imposições da PAC, da ausência de uma política de apoio e promoção da agricultura familiar, a dificuldade de escoamento de produtos a preços justos, a concentração e centralização de produção (e propriedade) com consequente redução de explorações agrícolas e agudização de problemas, incluindo a viabilidade de várias cooperativas.

A política alternativa que o PCP propõe considera o Estatuto da Agricultura Familiar como instrumento essencial para o desenvolvimento do sector agro-florestal e tem como eixo principal uma estratégia que garanta os princípios da soberania alimentar, promovendo e desenvolvendo os vários modelos da Agricultura Familiar com grande expressão neste território e no País.

Dando prioridade à implementação de medidas concretas de apoio à Agricultura Familiar (mercados

de proximidade, equipamentos colectivos de recolha e conservação de alimentos, apoios ao cooperativismo e à transformação de produtos agrícolas e pecuários), coloca-se a necessidade de apoio à Agricultura Biológica e a produtos de elevada qualidade, e da promoção de práticas sustentáveis e de impacto positivo no ecossistema, como a melhoria da fertilidade do solo e a biodiversidade.

A atenção e valorização deste sector reclama o acompanhamento e apoio técnico permanente, adequado ao nível de instrução dos agricultores e às suas necessidades efectivas, a par de um incentivo ao rejuvenescimento da agricultura destes territórios, com o reforço do apoio à primeira instalação de jovens agricultores.

Com excepção dos concelhos fronteiriços à cidade do Porto, há uma expressão muito significativa da Floresta, de pequena propriedade, coincidindo em alguns concelhos, com áreas baldias consideráveis, geridos num modelo de áreas comunitárias em cerca de nove mil hectares de baldios. São sobejamente conhecidos os imensos recursos endógenos existentes nos baldios, que podem ser verdadeiras âncoras para o desenvolvimento da economia local.

As potencialidades da nossa região confirmam que floresta não é só a produção de lenho. Ela reveste-se de muitas e importantes valências, que o mercado não paga às comunidades rurais sendo um suporte e um contributo inestimável para a sociedade: seja no combate às alterações climáticas, na conservação da natureza e biodiversidade, solo e água, na preservação da paisagem, na promoção de actividades recreativas, no fomento de turismo da natureza, da caça e da pesca, entre outras. Uma política patriótica e de esquerda deve apostar num modelo de desenvolvimento sustentável, tendo por base a harmonização entre economia e ecologia e a junção das vertentes ambiental, social e económica. Para isso é urgente pagar os serviços eco-sistémicos aos agricultores, produtores florestais e Comunidades Baldias.

A realidade florestal da região justifica a promoção de um plano florestal de substituição do eucalipto por espécies autóctones. Impõe-se especialmente o apoio técnico do Estado aos produtores florestais e às suas associações, bem como o reforço do corpo técnico dos serviços no terreno. A não inversão da actual situação é prejudicial do ponto de vista ambiental, mas também no plano económico e da segurança das populações.

## PESCAS E MAR

O facto de o país ter a maior Zona Económica Exclusiva não tem reflexo nas potencialidades do mar, nos planos da pesca, geológico, energético, de transportes ou turismo, antes sobram riscos da alienação e privatização destes recursos, como é patente na legislação do ordenamento marítimo.

O sector das pescas é confrontado por imposições da UE e opções submissas dos sucessivos governos que levam ao definhamento e liquidação de comunidades piscatórias, ameaça à sobrevivência das várias artes, com elevados custos operacionais, condições gravosas de comercialização na primeira venda, falta de trabalhadores da pesca, difíceis condições de trabalho e baixos salários.

Os principais portos e lotas veem as suas potencialidades limitadas, seja para as necessidades actuais, seja para as futuras. Os portos de pesca de Leixões, Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Afurada veem a sua actividade limitada pelas suas condições físicas mas também pela falta de equipamentos de pesagem, de produção e fornecimento de gelo, etc., condicionados também para o futuro.

As comunidades piscatórias mais pequenas, como Lordelo do Ouro (Porto), Aguda (Vila Nova de Gaia), Angeiras (Matosinhos) ou Vila Chã veem a sua actividade condicionada, seja por falta de condições para a exercerem, seja pela deterioração e não funcionamento dos postos de vendagem e outras infraestruturas.

Embora com expressão reduzida, persistem ainda comunidades piscatórias no rio Douro, designadamente em Lordelo do Ouro (Porto) e Ribeira de Abade (Gondomar) que, para lá de terem a sua actividade afectada pelos problemas da poluição, carecem de apoio específico à sua actividade e melhoria de infraestruturas de apoio às embarcações e armazenamento de artefactos.

É urgente uma política que desenvolva a produção nacional de pescado e que trave a progressiva redução da actividade do sector e conseqüente importação, assente no desenvolvimento da frota local e costeira, maximizando o aproveitamento dos recursos, que intensifique a investigação para identificação, evolução, gestão racional e protecção de recursos e apoio à produção e comercialização dos produtos de pesca. É necessário promover um programa de consumo de pescado no plano regional, articulado com cantinas escolares, restauração e indústria conserveira.

Considera-se ainda necessário uma política de gestão de portos que articule os interesses da região com o interesse nacional; escolas especializadas para as pescas e a marinha mercante; bem como outras infra-estruturas de apoio às pescas e ao comércio marítimo de mercadorias e de turismo.

A aquicultura é marcada por uma situação de quase abandono. O Viveiro de Trutas do Marão é o único espaço público de reprodução, manutenção e estudo desta espécie, mas que tem sido desvalorizado pelos sucessivos governos. Não há viveiros públicos de outras espécies. O panorama regional de aquicultura é dominado por pequenas empresas que são centros de depuração, expedição e depósito de crustáceos e bivalves, espécies importadas para venda e consumo. Não há, portanto,

uma estratégia pública que estude e controle as espécies de pescado, numa perspectiva de substituição de importações por valorização do pescado nacional, situação que precisa ser vencida.

## TURISMO

A região tem condições excepcionais para o desenvolvimento do Turismo e que contribuam para o seu crescimento significativo, particularmente nos últimos anos.

O desenvolvimento do sector nos últimos anos é essencialmente feito sem uma inserção numa estratégia mais global de desenvolvimento económico e assente no recurso a trabalho pouco qualificado e muito mal remunerado.

O desenvolvimento regional deverá integrar uma preocupação com as potencialidades turísticas endógenas, mas não se centrar em torno da cidade do Porto e da orla marítima. É possível e necessário o alargamento do Turismo para outros concelhos potenciando recursos e riquezas existentes. É urgente contrariar a estratégia de desenvolvimento do turismo que expulsa os locais e que não tem uma visão da preservação do património, um turismo que alie à dimensão de lazer/recreio, o turismo desportivo e o turismo cultural, pouco explorados.

O desenvolvimento das potencialidades turísticas da região é inseparável de uma estratégia de desenvolvimento económico como um todo, assegurando a sua diversificação no território e bem como o tipo de oferta turística, a articulação com outras actividades económicas, incluindo, as actividades produtivas, o investimento nos transportes e serviços públicos, a defesa do património natural e cultural, o combate ao crescente domínio do capital estrangeiro, o combate à precariedade e aos baixos salários em que assenta o sector, a articulação entre a entidade regional de turismo e as autarquias locais, a promoção de uma estratégia voltada também para o mercado interno e para o direito do povo português ao lazer.

## CULTURA E PATRIMÓNIO

O direito à cultura coloca-se na dupla dimensão de uma política que assegure os meios para a criação cultural e que garanta as condições para a democratização no acesso à criação e fruição cultural.

A situação do sector cultural é estruturalmente marcada pela falta de investimento. O programa da DGArtes, com verbas claramente insuficientes, tem acentuado um processo de redução – e exclusão – dos apoios a importantes estruturas de criação e produção do distrito, como recentemente se verificou com a Seiva Trupe.

A Direcção Regional da Cultura não dispõe dos meios financeiros e humanos para dar resposta aos problemas existentes, tornando cada vez mais irrelevante o papel desta estrutura.

No que diz respeito aos espaços culturais, se é verdade que, nos últimos anos, assistimos à criação de novos equipamentos (ex: auditórios, bibliotecas, etc), a realidade continua a ser marcada por um grande disparidade no acesso à cultura, agravado pelos elevados custos dos espectáculos nos principais espaços da cidade ou pelo facto da formação cultural estar inacessível a grandes camadas da população.

Destaque-se ainda a precariedade e a incerteza a que estão sujeitos os trabalhadores da cultura, situação que a pandemia evidenciou de forma gritante, tendo o PCP denunciado os salários em atraso na Orquestra do Norte e a situação dos trabalhadores da Casa da Música e Fundação de Serralves.

Os municípios do distrito, geridos alternadamente por PS e PSD, assumem cada vez mais um discurso de apoio à cultura, mas que, na prática se reduz ao entretenimento e à padronização de modelos de ocupação dos tempos livres ou de recreio (ex: Noites Brancas, Pistas de Gelo, Festivais), entregando as opções culturais a empresas que dominam toda a oferta. Em muitos municípios, as colectividades é que continuam a assegurar o direito das populações à cultura.

No plano cultural o distrito reclama: o reforço de verbas destinadas às estruturas culturais do distrito, que devem ser atribuídas em função da qualidade, do alcance e dos objectivos dos diferentes projectos e não em função de critérios de competição escolhidos por quotas; o reforço dos meios financeiros e humanos da Direcção Regional da Cultura, de forma a que esta estrutura apoie o movimento cultural do distrito; a criação de uma rede regional que articule dinâmicas culturais e potencie o diálogo e cooperação entre as diferentes estruturas e equipamentos; a adopção, por parte dos municípios, da gestão da actividade cultural, como uma prática pública, invertendo o recurso permanente à prestação de serviços e à padronização da oferta; a criação de um programa de apoio e defesa das pequenas livrarias e alfarrabistas, em particular na cidade do Porto; a adopção de um programa de valorização e promoção do património cultural, musical, teatral e etnográfico da região.

As características da profissão, da sua instabilidade e do tipo de vínculos dos trabalhadores da Cultura faz com que o fim de vida de muitos dos artistas seja marcado por grandes dificuldades, havendo inclusive situações dramáticas. A atenção e apoio a estes trabalhadores reclama por isso uma atenção particular na fase mais avançada da vida de cada um, situação que sustenta a proposta do PCP em defesa da criação da Casa do Artista no Norte.

Quanto às questões do património, a exigência é de uma planificação da recuperação de património degradado, com investimento praticamente nulo nos últimos anos, iniciando pela requalificação do edificado classificado, quer ao nível do estado central quer ao nível do poder local. Deste ponto vista, assume relevância a preservação da Ponte D. Maria Pia e a musealização do antigo complexo industrial mineiro de S. Pedro da Cova. Em relação ao património arqueológico, designadamente na cidade do Porto, tendo em conta o elevado número de intervenções, é necessário reforçar a capacidade de monitorização, fiscalização e acompanhamento, quer dos elementos classificados, quer das áreas de protecção, alargando o âmbito das mesmas. É também urgente criar estruturas locais que permitam a conservação, armazenamento e divulgação pública do material arqueológico recuperado.

A preservação das memórias do trabalho e da resistência, num contexto de desvalorização do trabalho e de branqueamento do fascismo, devem constituir uma prioridade, designadamente com o avanço do processo de instalação, na antiga cadeia da PIDE, no Porto, de um espaço que preserve de forma permanente a memória da repressão e da resistência ao fascismo.

#### NOTA FINAL

O Plano de Desenvolvimento Regional que aqui se expõe é indissociável da ruptura com a política de direita e aponta como alternativa uma política patriótica e de esquerda que assegure a recuperação do aparelho

produtivo, reabilitando sectores com potencial de crescimento, apoiando as PME's e os sectores tradicionais. Uma política que, sem subterfúgios, concretize a regionalização, mas também seja capaz de garantir que empresas estratégicas à região e ao país tenham o controlo público, razão pela qual o processo de privatizações precisa ser interrompido e revertido, devolvendo ao povo e ao país e que lhe pertence por direito e por necessidade.

O desenvolvimento económico deve ter como objectivos a melhoria do nível e da qualidade de vida, o pleno emprego, uma elevada satisfação das necessidades da população, uma justa e equilibrada repartição da riqueza criada e a defesa do desenvolvimento regional no quadro de um país soberano e independente. Tais objectivos deverão assentar no desenvolvimento das forças produtivas, no aumento da produção, no reforço da articulação, complementaridade e coerência do aparelho produtivo, no desenvolvimento harmonioso, na consideração da vertente ambiental em toda a actividade económica e na ocupação do território, permitindo a superação dos atrasos e dos desequilíbrios económicos.

O distrito do Porto tem potencialidades, características e forças que precisam ser aproveitadas, resolvendo e superando problemas, contribuindo igualmente para o desenvolvimento nacional.

O PCP bater-se-á pelo aproveitamento integral de todas as nossas potencialidades, consciente das dificuldades, mas certo de que há forças bastantes para a concretização de um caminho de progresso, capaz de desenvolver a região, construindo a alternativa patriótica e de esquerda.







## A N E X O S

### TABELA 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

Unidade Geográfica	2011	2019	Variação
<b>PAÍS</b>	<b>10 562 178</b>	<b>10 295 909</b>	<b>-2,5%</b>
<b>Norte</b>	<b>3 689 682</b>	<b>3 575 338</b>	<b>-3,1%</b>
<b>Distrito do Porto</b>	<b>1 819 172</b>	<b>1 783 122</b>	<b>-2,0%</b>
Amarante	56 264	53 193	-5,5%
Baião	20 522	18 748	-8,6%
Felgueiras	58 065	56 422	-2,8%
Gondomar	168 027	165 985	-1,2%
Lousada	47 387	46 755	-1,3%
Maia	135 306	138 971	2,7%
Marco de Canaveses	53 450	51 496	-3,7%
Matosinhos	175 478	175 357	-0,1%
Paços de Ferreira	56 340	56 728	0,7%
Paredes	88 854	86 067	-3,1%
Penafiel	72 265	69 722	-3,5%
Porto	237 591	216 606	-8,8%
Póvoa de Varzim	63 408	62 784	-1,0%
Santo Tirso	71 530	68 055	-4,9%
Trofa	38 999	38 418	-1,5%
Valongo	93 858	97 444	3,8%
Vila do Conde	79 533	79 899	0,5%
Vila Nova de Gaia	302 295	300 472	-0,6%

Fonte: INE

### TABELA 2 – ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO DISTRITO DO PORTO

	Universidade Porto	Politécnico Porto	TOTAL
Alunos	32443	18743	51186
Docentes e investigadores	2567	1659	4226
Trabalhadores não docentes	1625	440	2065
Bolseiros (Acção Social)	5790	5201	10991
Camas em residências	1048	317	1365
Unidades/Centros de Investigação	49	24	73

Fonte: [www.uporto.pt](http://www.uporto.pt) e [www.ipp.pt](http://www.ipp.pt) (dados relativos ao ano lectivo 2019/2020)

**TABELA 3 – ESCOLAS POR CONCELHO**

Concelho	Agrupamentos de Escolas	Escolas em Agrupamentos Escolares	Escolas Não Agrupadas	Escolas TEIP
Amarante	2	33	1	0
Baião	3	16	0	1
Felgueiras	5	36	1	1
Gondomar	11	84	1	4
Lousada	4	34	0	0
Maia	7	46	0	1
Marco de Canaveses	4	61	0	2
Matosinhos	9	44	3	3
Paços de Ferreira	4	18	1	1
Paredes	6	35	1	2
Penafiel	5	51	1	2
Porto	15	78	4	8
Póvoa de Varzim	5	36	4	0
Santo Tirso	4	41	1	0
Trofa	2	21	0	0
Valongo	6	38	0	0
Vila do Conde	4	45	2	0
Vila Nova de Gaia	14	124	4	3
<b>TOTAL</b>	<b>110</b>	<b>841</b>	<b>24</b>	<b>28</b>

Fonte: Ministério da Educação e sítios da Internet das Câmaras Municipais

**TABELA 4 – Nº DE TRABALHADORES DO SNS NO DISTRITO DO PORTO**

	N.º	%
<b>Agrupamentos de Centros de Saúde</b>	5483	19%
<b>Centros Hospitalares e Hospitais</b>	24046	81%
<b>Total</b>	29529	100%

Fonte: Análise mensal do Balanço Social e BI CSP / Abril 2021

**TABELA 5 – UNIDADES DE CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS NO DISTRITO DO PORTO**

ACES	Utentes	Médicos	Unidades Saúde	USF	Utentes USF	UCSP	Utentes UCSP
Santo Tirso/Trofa	115128	66	11	9	100128	2	15000
Gondomar	167178	92	15	15	167178	0	0
Maia/Valongo	220774	120	19	17	200774	2	20000
Póvoa/Vila do Conde	151932	83	14	14	151932	0	0
Porto Ocidental	174595	97	16	15	164595	1	10000
Porto Oriental	118488	63	10	9	106488	1	12000
Gaia	151658	83	14	10	125658	4	26000
Espinho/Gaia	184656	103	19	14	154656	5	30000
Matosinhos	176299	107	14	11	146299	3	30000
Baixo Tâmega	164854	101	20	8	74854	12	90000
Vale Sousa Norte	160713	91	16	11	131713	5	29000
Vale Sousa Sul	173152	95	17	14	159152	3	14000
Total	1959427	1101	185	147	1683427	38	276000

Fonte: BI CSP / Janeiro 2021

**USF** – Unidade de Saúde Familiar e **UCSP** – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

**TABELA 6-1 – UNIDADES HOSPITALARES PÚBLICAS DO DISTRITO DO PORTO**

<p><b>Centro Hospitalar Universitário do Porto, EPE</b></p> <p>Hospital Santo António</p> <p>Centro Materno-Infantil do Norte Dr. Albino Aroso</p> <p>Centro Integrado de Cirurgia de Ambulatório</p> <p>Centro de Genética Médica Dr. Jacinto Magalhães</p> <p><b>Centro Hospitalar Universitário de S. João, EPE</b></p> <p>Polo do Porto – Hospital de S. João</p> <p>Polo de Valongo – Hospital de Valongo</p> <p><b>Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia /Espinho, EPE</b></p> <p>Unidade I - antigo Hospital Eduardo Santos Silva</p> <p>Unidade II - antigo Hospital Distrital de Gaia</p> <p>Centro de Reabilitação do Norte</p>	<p><b>Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE</b></p> <p>Hospital Pedro Hispano</p> <p><b>Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE</b></p> <p>Hospital de Amarante</p> <p>Hospital Padre Américo – Vale do Sousa</p> <p><b>Centro Hospitalar Póvoa e Vila do Conde, EPE</b></p> <p>Unidade da Póvoa de Varzim</p> <p>Unidade de Vila do Conde</p> <p><b>Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE</b></p> <p>Unidade Hospitalar de Santo Tirso</p> <p><b>Instituto Português de Oncologia do Porto, EPE</b></p> <p><b>Hospital de Magalhães Lemos, EPE</b></p>
---	--

Fonte: Portal SNS / Abril 2021

**TABELA 6-2 – UNIDADES HOSPITALARES PRIVADAS NO DISTRITO DO PORTO**

<p><b>Grupo Trofa Saúde</b></p> <p>Trofa Saúde - Hospital da Trofa</p> <p>Trofa Saúde - Hospital de Alfena</p> <p>Trofa Saúde - Hospital de Gaia</p> <p>Trofa Saúde - Hospital da Maia</p> <p>Trofa Saúde - Hospital da Boa Nova – Matosinhos</p> <p>Trofa Saúde - Hospital Central – Vila do Conde</p> <p><b>Grupo Luz Saúde</b></p> <p>Hospital da Luz - Arrábida – V. N. Gaia</p> <p>Hospital da Luz - Póvoa de Varzim</p> <p>Hospital da Luz - Amarante</p> <p>Hospital da Luz - Porto</p> <p><b>Grupo CUF</b></p> <p>Hospital CUF Porto</p> <p>Instituto CUF Porto</p> <p><b>Grupo Lusíadas</b></p> <p>Hospital Lusíadas Porto</p> <p>Clínica Lusíadas Gaia</p>	<p><b>Grupo Misericórdias Saúde</b></p> <p>Hospital da Misericórdia de Felgueiras</p> <p>Hospital da Misericórdia de Lousada</p> <p>Hospital da Misericórdia do Marco de Canaveses</p> <p>Hospital da Misericórdia de Vila do Conde</p> <p>Hospital da Prelada - Porto</p> <p><b>Hospital Particular de Paredes</b></p> <p><b>Hospital Escola da Universidade Fernando Pessoa</b></p> <p><b>Hospital de Santa Maria Porto – IPSS</b></p> <p><b>CGC Centro de Genética Clínica e Patologia, S.A</b></p> <p><b>Casa de Saúde da Boavista - Porto</b></p> <p><b>Hospital Ordem do Carmo - Porto</b></p> <p><b>Hospital Ordem da Trindade - Porto</b></p> <p><b>Hospital da Lapa - Porto</b></p> <p><b>Hospital do Terço - Porto</b></p> <p><b>Hospital S. Francisco - Porto</b></p> <p><b>Casa de Saúde de Santa Catarina - Porto</b></p>
--	--

Fonte: Páginas dos grupos e unidades de saúde privadas / Janeiro 2021

**TABELA 7 – BENEFICIÁRIOS PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO - NOVEMBRO 2020**

<b>Unidade Geográfica</b>	<b>Nov. 2019</b>	<b>Fev. 2020</b>	<b>Março 2020</b>	<b>Out. 2020</b>	<b>Nov. 2020</b>
Aveiro	10 773	11 329	11 067	13 923	13 792
Beja	2 216	2 626	2 568	3 056	3 355
Braga	14 683	15 614	15 625	19 221	18 904
Bragança	1 274	1 344	1 326	1 455	1 380
Castelo Branco	2 288	2 327	2 322	2 854	2 798
Coimbra	4 993	5 348	5 183	6 242	6 186
Évora	2 186	2 107	2 066	2 798	2 833
Faro	9 878	16 477	14 359	15 914	18 935
Guarda	1 516	1 583	1 562	1 747	1 711
Leiria	5 212	5 733	5 654	7 682	7 689
Lisboa	31 853	33 342	33 062	50 320	51 850
Portalegre	1 824	1 870	1 847	2 205	2 155
Porto	34 786	36 085	35 903	45 381	45 439
Santarém	6 026	6 451	6 312	7 331	7 570
Setúbal	13 763	14 723	14 591	20 668	20 843
Viana do Castelo	2 329	2 497	2 469	3 354	3 335
Vila Real	2 457	2 604	2 563	2 476	2 516
Viseu	4 857	5 306	5 141	5 903	5 926
RA Açores	5 135	5 603	5 369	4 764	4 517
R. A. Madeira	4 608	4 878	4 827	5 875	6 483
<b>TOTAL</b>	<b>162 654</b>	<b>177 844</b>	<b>173 815</b>	<b>223 167</b>	<b>228 215</b>

Fonte: Segurança Social

**TABELA 8 – DESEMPREGADOS INSCRITOS CENTROS DE EMPREGO - NOV/2020**

<b>Unidade Geográfica</b>	<b>Nov. 2019</b>	<b>Nov. 2020</b>	<b>Nov. 2019/Nov. 2020</b>
<b>PAÍS</b>	<b>305 961</b>	<b>398 287</b>	<b>30,2%</b>
<b>Norte</b>	<b>122 861</b>	<b>149 421</b>	<b>21,6%</b>
<b>Distrito do Porto</b>	<b>66 313</b>	<b>82 608</b>	<b>24,6%</b>
Amarante	2 151	2 563	19,2%
Baião	1 009	1 192	18,1%
Felgueiras	1 822	2 716	49,1%
Gondomar	5 793	7 880	36,0%
Lousada	1 326	1 659	25,1%
Maia	3 640	5 081	39,6%
Marco de Canaveses	2 334	2 909	24,6%
Matosinhos	6 496	7 825	20,5%
Paços de Ferreira	1 622	2 107	29,9%
Paredes	2 947	3 647	23,8%
Penafiel	2 242	2 848	27,0%
Porto	9 766	12 051	23,4%
Póvoa de Varzim	2 126	2 235	5,1%
Santo Tirso	2 534	2 637	4,1%
Trofa	1 165	1 288	10,6%
Valongo	3 537	4 482	26,7%
Vila do Conde	2 428	2 634	8,5%
Vila Nova de Gaia	13 375	16 854	26,0%

Fonte: IEFP



